



**Centro Universitário de Brasília – UniCEUB**  
**Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES**  
**Curso de Psicologia**

**O Fundamentalismo Religioso Cristão e o Abuso de Poder no Cenário Social e Político**

**Brasileiro Atual**

Autora: Patrícia Raquel Silva Sant'ana

Brasília – DF

Junho de 2021

**O Fundamentalismo Religioso Cristão e o Abuso de Poder no Cenário Social e Político  
Brasileiro Atual**

Autora: Patrícia Raquel Silva Sant’ana

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB como requisito parcial à conclusão do Curso de Psicologia. Professora Orientadora: Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Brasília – DF

Junho de 2021

### **Folha de Avaliação**

Autora: Patrícia Raquel Silva Sant’ana

Título: O Fundamentalismo Religioso Cristão e o Abuso de Poder no Cenário Social e  
Político Brasileiro Atual

Banca Examinadora:

---

Orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

---

Examinador: Prof. Me. Leonardo Mello

---

Examinador: Prof. Dr. Juliano Moreira Lagoas

Brasília - DF

Julho de 2021

## Agradecimentos

Primeiramente agradeço ao meu Pai Celeste, que com todo amor me deu uma nova identidade de adoção. Redefiniu o amor em mim, me tirou da solidão e me refez. Agradeço pela vida, pela liberdade, pela força. *“I know I Don’t reserve this kind of love, somehow this kind of love is who You are”*.

Em segundo lugar, agradeço à minha família, por todo amor e suporte que me foi dado desde o nascer e que permanecerá. Ao meu pai, Paulo, por me ensinar um coração humilde e alegre como de uma criança. À minha mãe, Dayse, pela resiliência e o ensinamento de que o conhecimento nos faz sonhar com um mundo mais justo e igual. Ao meu irmão Pedro pela leveza nos dias difíceis e pelas militâncias compartilhadas. À minha irmã Ana Paula que me incentiva e sonha comigo até as coisas mais malucas. Para nós a promessa: “As noites em que seus olhos choram, abrem caminho para dias de risadas”.

Em terceiro, agradeço ao amor da minha vida e melhor amigo, Lucas Leão por me ouvir durante esses cinco anos falando sobre Psicologia, por chorar comigo quando eu não aguentei, por abrir seu coração para que eu pudesse entrar, por acreditar mais em mim do que eu mesma. *“However Big, however small. Let me be part of it all, share your dreams with me”*.

Agradeço a todos/as os/as meus professores/as que, direta ou indiretamente, me ajudaram a abrir a mente e me trouxeram um ensino transformador. Ao professor Daniel Goulart por ter me feito amar a pesquisa científica. Ao professor Leonardo Mello por ter aceitado ser o parecerista, espero que você tenha gostado de fazer parte desse processo. Em especial, agradeço à minha professora orientadora Ana Flávia do Amaral Madureira pelos ensinamentos, pelas trocas, pelas reflexões sobre a urgência de se construir um país democrático para todos/as, com certeza lições que levarei para o resto da vida. “Libertação a

que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela” (Freire, 2019 p.43 ).

Agradeço à minha melhor amiga Amanda, que com seu jeito tímido se faz presente todos os dias há 7 anos, tornando-se família e parte do meu coração. Agradeço à Yasmin e Maria Luisa, presentes que a Psicologia me deu e que levarei para sempre, obrigada pelos trabalhos, risadas e desabafos compartilhados. Agradeço à Carla que me ajudou no tema da Monografia me ensinando sobre direito eleitoral. Agradeço a todos/as os/as outros/as amigos/as que ouvem diariamente as minhas militâncias e me acolhem. Me tornei eternamente responsável pelo que cativei.

Agradeço a você que leu até o final, que abriu essa Monografia, que sonha e luta por um Brasil mais democrático e mais igualitário. Vamos juntos/as!

## Sumário

|   |            |
|---|------------|
| <b>Resumo.....</b>  | <b>vii</b> |
| <b>Introdução.....</b>  | <b>1</b>   |
| <b>Objetivo Geral .....</b>   | <b>11</b>  |
| <b>Objetivos Específicos .....</b>  | <b>11</b>  |
| <b>1. Quando a Fé se Torna Intolerante: Fundamentalismo Religioso no Brasil em foco</b>                               | <b>12</b>  |
| <b>2. A Participação das Igrejas Evangélicas na Política Brasileira e o Abuso de Poder</b>                            | <b>19</b>  |
| <b>3. Fundamentalismo Religioso como Fenômeno Social e a sua Influência nos Grupos</b>                                | <b>26</b>  |
| <b>4. Metodologia .....</b>   | <b>31</b>  |
| 4.1 Participantes.....  | 33         |
| 4.2 Materiais e Instrumentos .....  | 34         |
| 4.3 Procedimentos de Construção de Informações .....  | 34         |
| 4.4 Procedimentos de Análise .....  | 35         |
| <b>5. Resultados e Discussão .....</b>  | <b>38</b>  |
| 5.1 O Fundamentalismo Religioso Cristão e o Abuso de Poder no Brasil em discussão                                     | 38         |
| 5.2 As eleições e a Escolha do Voto a partir da Perspectiva das Lideranças Religiosas Evangélicas Entrevistadas ..... | 44         |
| 5.3 O Fundamentalismo Religioso no Brasil a partir da perspectiva das Psicólogas Entrevistadas .....                  | 51         |
| <b>1. Considerações Finais.....</b>   | <b>59</b>  |
| <b>Referências Bibliográficas .....</b>   | <b>62</b>  |
| <b>Anexos .....</b>   | <b>68</b>  |
| <b>Anexo A (TCLE) .....</b>   | <b>69</b>  |
| <b>Anexo B (Roteiro de Entrevista) .....</b>  | <b>72</b>  |
| <b>Anexo C (Parecer Consubstanciado do CEP) .....</b>   | <b>75</b>  |

## Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar as relações entre o fundamentalismo religioso cristão e o abuso de poder no Brasil e a maneira com que tais relações têm afetado o direito das pessoas em relação à liberdade de escolha dos seus representantes políticos. A pesquisa realizada foi inspirada na Epistemologia Qualitativa desenvolvida por González Rey. Foi utilizada uma metodologia qualitativa de investigação, que envolveu a realização de seis entrevistas individuais semiestruturadas virtuais. Foram delimitados dois grupos de participantes: (a) grupo 1 com três pessoas evangélicas; e (b) grupo 2 com psicólogas de diferentes áreas da Psicologia. Para análise das entrevistas realizadas, utilizou-se do método da análise de conteúdo em sua vertente temática. Após transcrição das entrevistas, foram construídas três categorias analíticas temáticas: (a) O Fundamentalismo Religioso Cristão e o Abuso de Poder no Brasil em discussão; (b) As eleições e a Escolha do Voto a partir da Perspectiva das Lideranças Religiosas Evangélicas Entrevistadas; e (c) O Fundamentalismo Religioso no Brasil a partir da perspectiva das Psicólogas Entrevistadas. A pesquisa permitiu analisar de forma aprofundada o que pessoas evangélicas e psicólogas pensam sobre o tema investigado sobre lideranças religiosas que se aproveitam da ignorância dos fiéis ao tentarem coagi-los a votar nos candidatos escolhidos por tais lideranças. Foi discutido também sobre os processos de influência nos grupos que têm implicações significativas com relação ao tema. Essas práticas discriminatórias são consideradas abusivas, fundamentalistas e um risco à democracia. Portanto, compreende-se que o incentivo às práticas dialógicas, ao acesso da população a uma educação escolar de qualidade e a defesa dos princípios democráticos são questões de fundamental importância para a Psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional.

**Palavras-chave:** Fundamentalismo Religioso; Abuso de Poder; Discriminação; Política Brasileira; Psicologia Social.

## Introdução

Uma pesquisa<sup>1</sup> do Datafolha (2020) divulgada pela “Folha de São Paulo” apontou que 50% dos brasileiros se identificam como católicos, 31% evangélicos e 10% não possuem religião. Por outro lado, o Censo<sup>2</sup> Demográfico de 2010 apontou que 65% dos brasileiros declararam-se católicos, 22,2% declararam-se protestantes e 8,0% declararam-se sem religião. Comparando ambas as pesquisas, pode-se perceber uma mudança significativa na última década.

Essa mudança pode ser compreendida como uma migração de convertidos da religião Católica para outra ou nenhuma religião e um aumento de adeptos/as da religião Evangélica. Com seu caráter missionário forte, as igrejas evangélicas brasileiras têm alcançado cada vez mais espaço na vida das pessoas (Savi, 2015).

Com o intuito de “banir o mal” existente na política brasileira, vários líderes religiosos das igrejas evangélicas começaram a discursar sobre a necessidade de que pessoas evangélicas participassem ativamente em cargos políticos (Machado, 2019). Assim, essa ala evangélica brasileira procura representantes que se mostram anti-intelectualistas e anti-ciência, priorizando questões morais, outrora discutidas apenas como critérios de entrada e permanência em seu grupo religioso específico. Além disso, há também o combate e “demonização” dos/as cristãos/ãs “progressistas” e são dadas oportunidades de participação na política apenas àqueles/as que tais líderes religiosos/as acreditam que merecem. Portanto, tais líderes religiosos/as acabam exercendo práticas discriminatórias e realizando o que é conhecido como fundamentalismo religioso.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml> (Acesso em 15/10/2020)

<sup>2</sup> Disponível em: [https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/Pag\\_203\\_Religi%C3%A3o\\_Evang\\_miss%C3%A3o\\_Evang\\_pente\\_costal\\_Evang\\_nao%20determinada\\_Diversidade%20cultural.pdf](https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/Pag_203_Religi%C3%A3o_Evang_miss%C3%A3o_Evang_pente_costal_Evang_nao%20determinada_Diversidade%20cultural.pdf) (Acesso em 26/10/2020)



O fundamentalismo religioso surge quando uma religião predominante em um determinado local começa a desrespeitar os valores religiosos pessoais dos indivíduos com a justificativa de possuir uma “verdade maior” que outras (Kiefer, 2018). Práticas fundamentalistas estão ligadas, muitas vezes, ao preconceito diante do que é considerado “diferente”. Dito isso, é possível perceber que, no Brasil, tem se expandido o movimento fundamentalista de grupos cristãos. Não apenas por meio de práticas discriminatórias, mas também porque essas religiões vinculadas à matriz cristã são as maiores do país e, muitas vezes, querem se sobrepôr às demais religiões em sua forma de pensar e agir.

No Brasil, os grupos religiosos que mais têm função ativa e têm aumentado são os evangélicos, principalmente pela falta de presença do Estado e da Igreja Católica nas periferias, onde é, frequentemente, pregado pelas Igrejas Evangélicas a “teologia da prosperidade” e a “preservação da família” (Savi, 2015).

A teologia da prosperidade baseia-se na crença de que a prosperidade, principalmente financeira, vem pela fé em Deus e pelo pronunciamento de "bênçãos", pois há a concepção de que para os crentes é reservada uma vida próspera (Menezes, 2014). Nessa perspectiva, as ofertas são como “tributos”, “moedas de troca” entre o fiel e Deus (Menezes, 2014). É possível compreender, portanto, o motivo dessa teologia ter sido tão difundida e aceita nos tempos em que o país passou por um período de crescimento econômico e agora em tempos de crise há um apelo por um "salvador da pátria".

A “preservação da família” é um dos temas mais difundidos no meio evangélico com o intuito de propagar que a família é feita apenas por pai, mãe e filhos/as (Savi, 2015), excluindo assim a diversidade das configurações familiares existentes e que quem estiver fora desse padrão é considerado “anormal”.

É importante salientar que, no Brasil e em outros países, existe uma diversidade de perspectivas teológicas dentro das próprias Igrejas Evangélicas, sendo que hoje existem, em

linhas gerais, quatro movimentos evangélicos e dentro de cada movimento existem outras interpretações teológicas (Menezes, 2014). Esses movimentos, que não acontecem apenas no Brasil, são conhecidos pelos adeptos como “denominações” e as interpretações de cada um vão desde crenças mais conservadoras a crenças liberais e em muitos aspectos não há consenso. Estes quatro movimentos (ou denominações) se classificam, de forma geral, em: Pentecostais/Neopentecostais, Batistas, Adventistas e não Denominacionais (Menezes, 2014).

As igrejas Pentecostais/Neopentecostais são conhecidas por suas doutrinas rígidas, uso de costumes tradicionais, como por exemplo em relação a quais vestimentas usar, apesar de terem mudado ao longo dos anos para ganhar mais espaço no dia a dia das pessoas (Menezes, 2014). As Igrejas Batistas são igrejas consideradas históricas e creem principalmente na separação entre igreja e estado, já as Igrejas Adventistas se distinguem principalmente por reservar o sétimo dia da semana como sagrado e, por fim, as Igrejas não Denominacionais são igrejas que não seguem uma denominação específica (Menezes, 2014).

O fundamentalismo religioso tem se tornado presente principalmente nas igrejas Evangélicas Pentecostais e Neopentecostais, sendo que em tais igrejas o requisito para atuação como lideranças religiosas é, na maioria das vezes, o carisma, não se exigindo dos pastores formação acadêmica, como ocorre nas igrejas protestantes históricas e católicas de modo geral. Além disso, a ênfase na catequese de novos membros das igrejas e o caráter missionário em relação a outros grupos é mais presente. O que contribui para compreendermos os motivos pelos quais esses grupos religiosos serem os que mais crescem no Brasil, apesar da atitude hipócrita de alguns/mas líderes religiosos/as. Essa atitude hipócrita vem do fato de que mesmo pregando uma norma de comportamento, essas lideranças, muitas vezes, não vivem da forma como pregam.

Um exemplo dessa atitude hipócrita pode ser visto no caso da deputada federal, cantora e pastora Flordelis que foi acusada de matar o próprio marido<sup>3</sup>. O caso teve muita repercussão na mídia devido ao assassinato, mas enquanto a investigação está em curso já foram denunciadas várias relações sexuais da mãe com os filhos adotivos e dos filhos adotivos entre si<sup>4</sup>. A acusada tem fotos que tiveram repercussão significativa na internet, nas quais está pregando na igreja, usando tornozeleira eletrônica e afirmando sua inocência. Esse acontecimento suscita o questionamento sobre as práticas de uma figura importante da Igreja Evangélica no país que afirma, em suas próprias músicas, que “minha família é de Jeová”.

O fundamentalismo religioso, frequentemente, é visto como uma das principais oposições aos ideais democráticos, como, por exemplo, o reconhecimento dos direitos das mulheres e minorias sexuais, pois uma das crenças fundamentalistas é que a secularização da sociedade traz um prejuízo moral e que isso precisa ser combatido, como é analisado de forma crítica por Lionço (2017). Outro exemplo é o combate à “ideologia de gênero”.

Em seu artigo, Mesquita e Perucchi (2016) analisam diversos vídeos de líderes religiosos no *YouTube*, e argumentam que esse discurso de “combate” à “ideologia de gênero” aparece alinhado a uma ideologia política de extrema-direita. Esse discurso ganhou força, curiosamente, quando mulheres de partidos de esquerda chegaram à presidência em países latino-americanos (Miskolci & Campana, 2017). Compreende-se que a sociedade é também uma arena política, se levarmos em consideração a disputa e os conflitos entre os diferentes setores da sociedade que têm diferentes projetos (Azevedo, 2017).

Essa luta contra uma suposta “ideologia de gênero” ilustra a tentativa de manutenção do status quo no contexto de uma sociedade excludente, que só beneficia, em termos de

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/caso-flordelis-ele-se-achava-inatingivel-diz-delegada-sobre-pastor-assassinado-24745838.html> (Acesso em 16/11/2020)

<sup>4</sup> Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/politica-e-poder/flordelis-e-anderson-se-relacionavam-sexualmente-com-filhos-diz-testemunha/> (Acesso em: 16/11/2020)

privilégios, alguns grupos, como, por exemplo: homens e mulheres cis, brancos/as e heterossexuais. A tentativa de uma sociedade sem diversidade coloca em risco a democracia brasileira que deve proporcionar a todos os/as cidadãos/ãs o gozo de seus direitos, independente de orientação sexual, identidade de gênero e pertencimento étnico-racial.

Nesse sentido, para que o status quo seja mantido, uma prática usual de lideranças evangélicas é a utilização de trechos bíblicos em seus sermões que incentivam as mulheres a se comportarem de acordo com “o padrão bíblico”, tais como: Provérbios 31: as mulheres devem se dedicar prioritariamente a afazeres domésticos, pois a “mulher virtuosa” é aquela que cuida do lar; Efésios 5:22 e 23 “As mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor, porque o marido é o cabeça da mulher...”; e também em I Coríntios 14:34 que diz “conservem-se as mulheres caladas nas igrejas, porque não lhes é permitido falar” (Bíblia, 2008).

Assim, espera-se que a mulher cristã seja tranquila, delicada, discreta e dominada pelo seu marido (Machado, 2019). O que percebemos é que tal discurso, infelizmente, colabora com práticas de abuso sexual, como o caso recente em que um dos pastores de uma igreja de Belo Horizonte aconselhou uma mulher abusada pelo próprio marido a apenas orar pelo esposo, esperando um milagre por parte de Deus e que, para isso, poderia também contar com as orações dele<sup>5</sup>. Acontecimentos como esse colaboram, lamentavelmente, para a ocorrência de violências contra as mulheres, pois muitas vezes são usadas para legitimar tais práticas.

No Brasil, o fundamentalismo religioso tem sido, constantemente, alinhado a um viés político de extrema-direita, ultraconservador que muito se assemelha ao fascismo. Representantes no Legislativo Brasileiro, e em diferentes instâncias judiciais, desses grupos

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.osaogoncalo.com.br/cultura-e-lazer/89464/marido-de-ana-paula-valadao-da-conselho-para-mulher-abusada-por-parceiro-orar>> Acesso em: 20/11/2020.

religiosos estão apresentando Projetos de Lei que expressam inúmeros retrocessos nas pautas relativas ao respeito aos direitos humanos (Lionço, 2017; Madureira, Barreto & Paula, 2018). Questões como a manutenção da “família tradicional”, aborto, gênero e o combate discursivo (mas nunca ativo) à corrupção como se a mesma fosse proveniente apenas por parte de alguns partidos, no caso por parte de partidos de esquerda, são pautas vigentes na agenda da sociedade brasileira atual (Miranda, 2019), principalmente na classe média pertencente às igrejas cristãs.

Esses discursos aparecem como se a problemática da corrupção estivesse ligada diretamente apenas a um posicionamento ideológico e não uma questão histórica e cultural bastante arraigada no Brasil. O combate à corrupção é importante se discutido para além de um posicionamento ideológico, pois não é algo novo e particular de um único partido político ou de uma ideologia política de forma específica.

De acordo com Mesquita e Perucchi (2016), no que se relaciona à manutenção da “família tradicional”, as igrejas cristãs no Brasil acreditam que a homossexualidade pode ser compreendida, em linhas gerais, de três formas distintas: (a) rejeição à homossexualidade; (b) aceitação da conduta homossexual, mas como inferior à conduta heterossexual; e (c) há também aqueles grupos que acreditam que a homossexualidade tem o mesmo grau de respeitabilidade que a heterossexualidade. As crenças na direção da rejeição da homossexualidade, como inferior à heterossexualidade, abrem portas para que práticas discriminatórias homofóbicas aconteçam, reforçando assim o preconceito na esfera da sexualidade e aumentando as desigualdades (Madureira & Branco, 2012; Mesquita & Perucchi, 2016).

Em uma sociedade profundamente marcada pelo sexismo e pela homofobia, a homossexualidade masculina se torna uma “violação” ao se aproximar do feminino no imaginário social, por isso homens gays/homossexuais não deveriam possuir os mesmos

direitos dos homens heterossexuais (Borrilo, 2009). A homossexualidade, então, não é socialmente percebida apenas como “inferior” à heterossexualidade, mas também como uma ofensa aos padrões sociais.

Com isso, fica claro que ainda hoje na cultura patriarcal brasileira, o que foge à heteronormatividade é algo que precisa ser resolvido, revertido e “curado”. Não surpreende que ainda hoje existam pessoas que oferecem e buscam uma “terapia de reversão da sexualidade”, fato que foi visto em 2019<sup>6</sup> quando profissionais evangélicos apoiados pela atual Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves foram defender o uso dessas “terapias”.

Grande parte dos apoiadores dessas “terapias” defendem que ela seja realizada a fim de preservar a família tradicional brasileira que “sofre” ataques diariamente, discursos esses que são, frequentemente, defendidos sob a justificativa da liberdade de expressão. É nessa junção de ideologias entre o conservadorismo, o reacionarismo e o liberalismo que a “nova direita” ganha tanta força no país (Carapanã, 2018) e, por consequência, nos votos dos/as cidadãos/ãs.

Com relação à escolha de candidatos políticos no momento de eleição, geralmente os/as cidadãos/ãs estão em busca de uma identificação com seus valores morais, fato que pesa mais que a opção religiosa em si (Miranda, 2019). Por exemplo, um sistema de valores sobre a preservação da família, sobre a vida humana e contra a legalização do aborto, sobre o armamento da população e o direito de se defender, etc., mesmo que os/as eleitores/as não sejam da mesma religião que o/a candidato/a em questão.

Como grande parte da população brasileira se identifica com as religiões de matriz cristã, os/as cristãos/ãs têm conquistado cada vez mais espaço no processo eleitoral, tanto no

---

<sup>6</sup> Disponível em: < <https://apublica.org/2019/08/apoiado-por-damare-movimento-de-ex-gays-disputa-conselho-de-psicologia/> > Acesso em: 13/6/2021

envolvimento de lideranças religiosas na política quanto na necessidade de uma força política que os partidos têm se associado (Miranda, 2019; Santos, 2014).

Nesse sentido, entendemos como fundamental o papel da Psicologia, como ciência e campo de atuação profissional, nas discussões sobre o fundamentalismo religioso no Brasil, investigando e promovendo reflexões acerca do tema com o foco na: “(...) emergência histórica da laicidade a princípios expressos no Código de Ética Profissional do Psicólogo, a saber, a defesa da dignidade, da liberdade de consciência e/ou de crença, a defesa dos direitos humanos e o compromisso com a ética democrática” (Lionço, 2017, p. 210).

É importante, portanto, mencionar o primeiro princípio fundamental do Código de Ética Profissional do Psicólogo: “O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (CFP, 2005, p. 7). Nesse sentido, pesquisas sobre a problemática do fundamentalismo religioso devem ser produzidas na Psicologia, pois proporcionarão uma compreensão mais aprofundada sobre o ser humano, na defesa da liberdade de consciência e de crença, aspectos fundamentais em qualquer sistema democrático.

Um sistema democrático deve sempre ter como fundamento o diálogo, a fim de garantir o respeito aos direitos humanos, a tolerância, o respeito e a ética (Lago, 2018). Ao agir por impulso, protestando para seu próprio interesse, sem levar em consideração o restante da população, ou quando o direito à liberdade de voto não é respeitado, é bem provável que ocorra o enfraquecimento do sistema democrático em direção ao autoritarismo (Tiburi, 2016).

Um exemplo desse autoritarismo é com relação à problemática do abuso de poder por parte de lideranças religiosas em relação aos seus fiéis, pois agem com pressões psicológicas, assédio, fazendo-lhes acreditarem que se não votarem no candidato indicado

pela igreja estariam desafiando a “vontade de Deus”. Atitudes como essa exemplificam bem a manifestação do fundamentalismo religioso presente no nosso país (Kiefer, 2018; Santos, 2014).

Além de ter em foco a problemática do fundamentalismo religioso na sociedade brasileira e como essa influência repercute no dia a dia das pessoas e na democracia brasileira, é necessário que os/as psicólogos/as tenham em mente o compromisso ético de sua profissão com a defesa dos princípios democráticos. Nesse sentido, Lionço (2017, p. 214) afirma que:

(...) a Psicologia pode afirmar seu compromisso com um projeto democrático de sociedade, por meio da consideração crítica do viés individualizante rumo ao reconhecimento e consideração dos fatores sociais, históricos e políticos em diversos contextos de desenvolvimento humano e de agenciamento de subjetividades e práticas institucionais.

Tendo em vista o reconhecimento dos aspectos sociais, históricos, culturais e políticos mencionados por Lionço (2017), além da Psicologia ser uma disciplina científica no vasto campo das ciências humanas, o que toca o ser humano deve ser estudado por nós, que estamos no campo da ciência psicológica. Portanto, é importante a realização de pesquisas na Psicologia que possam contribuir com a construção de análises aprofundadas sobre o atual momento frágil em que vive a democracia brasileira como forma de defender não apenas a laicidade, mas também lembrando-se do compromisso dos/as psicólogos/as com a democracia e a responsabilidade social (CFP, 2005).

Compreender esses aspectos é relevante não apenas para a construção teórica em Psicologia, mas também para o exercício profissional, pois além dos seus compromissos



éticos, ao/à psicólogo/a é vedado/a “induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais” (CFP, 2005, art. 2º, p.9). Nesse sentido, é fundamental para todos/as os/as psicólogos/as que, além da busca por novos conhecimentos científicos, ocorra de forma contínua a auto avaliação da sua prática profissional com relação às suas convicções pessoais no que diz respeito ao fundamentalismo religioso e aos abusos de poder que tem se estabelecido no atual cenário social e político brasileiro.

É fundamental, portanto, que no ambiente acadêmico formem-se profissionais de Psicologia com responsabilidade profissional, que tenham uma capacidade reflexiva e crítica desenvolvida com relação à sua própria prática profissional, com relação também ao contexto social e político mais amplo em que se insere a sua prática profissional a fim de garantir e contribuir com a luta pelo respeito aos direitos de cada cidadão/ã.

Esse trabalho, portanto, se propôs a investigar o fundamentalismo religioso cristão e o abuso de poder no cenário social e político brasileiro atual. Para que os objetivos fossem alcançados foram analisados temas sobre como os/as brasileiros/as se relacionam com a religião Cristã em sua vertente Evangélica no seu dia a dia, a forma como alguns/as pastores/as no Brasil tem se relacionado politicamente de maneira fundamentalista e autoritária. Além disso, foi analisado também como tais questões se relacionam ao processo de influência social nos grupos. Como problema de pesquisa delimitado, para orientar a análise, procurou-se responder às seguintes questões: Quais as relações entre o fundamentalismo religioso e o abuso de poder por parte de lideranças evangélicas no cenário brasileiro? Como psicólogos/as percebem essa problemática?

São apresentados, a seguir, os objetivos da pesquisa realizada.

**Objetivo Geral**

Analisar as relações entre o fundamentalismo religioso cristão e o abuso de poder no Brasil e a maneira com que tais relações têm afetado o direito das pessoas em relação à liberdade de escolha dos seus representantes políticos.

**Objetivos Específicos**

- Analisar as crenças de psicólogos/as em relação ao fundamentalismo religioso no Brasil.
- Compreender a influência dos líderes religiosos evangélicos nas pessoas que compartilham das mesmas crenças religiosas com relação à escolha do seu voto.

## **1. Quando a Fé se Torna Intolerante: Fundamentalismo Religioso no Brasil em foco**

Temáticas relacionadas ao fundamentalismo religioso entram em pauta quando uma religião se torna intolerante em relação a outras religiões e quando as pessoas adeptas da religião em questão passam a ter atitudes preconceituosas. Além dessas atitudes, o fundamentalismo religioso com seus posicionamentos conservadores, que fomentam as práticas discriminatórias, é um risco à democracia e à laicidade (Vieira, 2018). Sobre o fenômeno do fundamentalismo religioso, Kiefer<sup>7</sup> (2018) afirma que:

(...) quando se trata de falar do indivíduo que desrespeita os valores religiosos do outro, alegando que a verdade de sua crença é superior e dominante, temos aí não só um ataque ao direito individual de liberdade de fé, mas a abertura a problemas mais complexos, como violência, discriminação, bullying e até conflitos armados.

Entende-se, então, que apesar de presente na vida de muitas pessoas, o fenômeno religioso, pode atacar a individualidade das pessoas quando se torna extremista, ultrapassando assim um limite ético importante. Harari (2020) discute que, historicamente, no decorrer de milhares de anos, a religião esteve presente na vida dos seres humanos, principalmente no que tange ao culto à natureza, como nas religiões animistas, e às divindades que abençoavam as colheitas, enviavam chuvas, sol, como, por exemplo, nas religiões politeístas.

---

<sup>7</sup> Fundamentalismo religioso: quando a fé se torna intolerante. Disponível em: <<https://domtotal.com/noticia/1223083/2018/01/fundamentalismo-religioso-quando-a-fe-se-torna-intolerante/>>. Acesso em: 15/10/2020.

O autor define religião como “um sistema de normas e valores humanos que se baseia na crença em uma ordem sobre-humana” (Harari, 2020, p. 218). Além disso, Harari (2020) desenvolve algumas análises acerca das distinções entre religiões monoteístas e politeístas. Religiões politeístas são aquelas que creem na existência de diversas divindades e veem o mundo como uma relação entre deuses e humanos, onde os deuses têm sentimentos similares aos dos humanos, mas ainda sim possuem poderes, tornando as divindades mais "acessíveis" (Harari, 2020).

As religiões monoteístas têm como princípio a existência de um único Deus, detentor de todo o poder supremo do universo (Harari, 2020). Tais religiões trazem em si a convicção de possuir a única verdade, como por exemplo, o Cristianismo acreditar que Jesus é o salvador do mundo. Além disso, o caráter missionário e que os fiéis tem que levar essa verdade para todos. Essa crença ajuda a compreender a falta de tolerância com outras crenças e pensamentos religiosos diferentes (Harari, 2020).

Essas religiões têm também um caráter missionário voltado à difusão de seus princípios e dogmas especificamente. Atualmente, as religiões monoteístas, como, por exemplo, o cristianismo e o islamismo, têm se difundido pelo mundo inteiro devido a esse caráter missionário, que expressa a necessidade de fomentar uma crença religiosa supostamente universal, com “verdades absolutas” que deveriam ser aceitas por todos/as (Harari, 2020).

Não é por acaso, portanto, as inúmeras guerras religiosas que ocorreram no decorrer da história da humanidade, como, por exemplo, durante o envolvimento da Igreja Católica na Idade Média com as cruzadas, e na Idade Moderna após a Reforma Protestante com o movimento chamado de “Contra Reforma” (Marcondes, 2000). Nesse movimento da Contra Reforma, a Inquisição, já presente na Idade Média, se torna ainda mais rígida com o fim de combater os costumes desviantes da fé Católica (Marcondes, 2000).

As religiões monoteístas, portanto, trazem em si a potencialidade de acabarem se tornando extremistas, ultraconservadoras, promovendo ações que ameaçam os direitos humanos, difundindo diversos preconceitos, como, por exemplo, o sexismo, a LGBTfobia e o racismo. Como por exemplo o que Caputo (2013) traz em seu capítulo a discussão sobre o candomblé nas escolas, a pesquisa foi realizada a partir da observação e de entrevistas com crianças e adolescentes nos terreiros e também por meio de entrevistas com professores de escolas que têm o ensino religioso no currículo. O resultado da pesquisa mostra, também, que o preconceito religioso está ligado ao preconceito racial devido ao fato de o candomblé ser uma religião de matriz africana (Caputo, 2013).

Em seu capítulo, Caputo (2013) discorre também sobre a prática que muitas vezes acontece nas escolas, a qual os/as professores/as de ensino religioso seguem convertendo ou tentando converter seus/suas alunos/as, embora digam que apenas “passam valores”. Esse tipo de atitude induz os/as alunos/as a se calarem nas suas relações interpessoais e continuar escondendo sua fé.

Os cristãos com uma mentalidade fundamentalista, por exemplo, justificam suas ações discriminatórias com trechos bíblicos interpretados de forma literal, sem levar em consideração o contexto histórico e cultural que esses textos bíblicos foram escritos e sem um estudo aprofundado (Mesquita & Perucchi, 2016).

O fundamentalismo cristão brasileiro parte de uma crença ancorada na crença do texto literal em que o texto é auto explicativo, criando assim uma visão de mundo, um modelo comportamental, ensinando sobre como lidar com a vida, sobre o modo de viver e se a doutrina for questionada é como se invalidasse o próprio Deus (Vieira, 2018).

Quando as pessoas de uma determinada religião agem de forma discriminatória e contrária aos direitos humanos, estas assumem uma atitude fundamentalista. O fundamentalismo religioso promove condutas que vão na contramão dos acontecimentos

históricos e políticos que reconhecem a diversidade moral, cultural e subjetiva da humanidade (Lionço, 2017).

Nesse sentido, Chauí (2006) classifica o fundamentalismo religioso como “a nova figura da barbárie e, com ela, o cimento social e político trazido pelo medo” (Chauí, 2006, p. 126). Ou seja, uma outra forma de controle sobre as pessoas que a religião usa é através do medo. O medo, assim como outras emoções, é fundamental para a vida humana como uma emoção que cumpre uma função importante em termos de sobrevivência, porque sendo uma angústia com relação ao porvir nos ajuda a nos preparar ou a evitar certas situações (Brandão, 2005).

Em seu capítulo, Chauí (2006) faz menção sobre o fato de que porque os humanos não possuem o controle de suas vidas, sentem medo e esperança: medo de que coisas ruins lhes aconteçam e esperança de que coisas boas aconteçam em suas vidas. Em poucas palavras, o medo da morte é um dos nossos principais medos, pois além de sermos os únicos seres vivos que sabemos que um dia iremos morrer (Brandão, 2005), não temos controle sobre quando e como isso pode vir a acontecer.

Brandão (2005) menciona que durante o processo de civilização, as fontes geradoras de medo foram lentamente estabelecidas na estrutura social principalmente como uma forma de controle. O processo de discriminação se torna vinculado à ação em relação a determinadas pessoas e/ou grupos sociais, como, por exemplo, homens que são considerados “vaidosos” serem tidos como homossexuais. O preconceito, então, deixa de estar fundamentado apenas na cognição e passa a estar vinculado principalmente à emoção, causando uma intolerância emocional (Madureira & Branco, 2012).

É em cima desse medo como intolerância emocional que lideranças religiosas fundamentalistas atuam, difundindo crenças na direção de que existe algo que ameaça a existência dos/as fiéis e de seus valores e que é necessário, portanto, um “salvador” que

acabe com esse “inimigo”. Nesse sentido, podemos mencionar, como exemplo, a crença de que existem movimentos sociais que querem implementar o “comunismo” no Brasil que ameaçam a liberdade do/a “cidadão/ã de bem” (Ribeiro, 2018).

Setores ultraconservadores, como, por exemplo, os fundamentalistas religiosos, veem a diversidade como uma ameaça por ser uma ofensa ao “padrão”, uma ameaça ao “cidadão/ã de bem”. Tais setores ultraconservadores têm como objetivo, muitas vezes, manter o *status quo* e reforçar o sentimento de superioridade com relação a outros grupos sociais que compartilham outras crenças (Madureira, Barreto & Paula, 2018). Esse sentimento de “ameaça” e o anseio pela manutenção do *status quo* estão profundamente vinculados ao medo da perda de privilégios por partes de alguns grupos.

Em sintonia com essa visão, quando nos diferenciamos, há uma marcação simbólica da diferença que pode conduzir a barreiras e o preconceito pode surgir a partir desse momento (Woodward, 2000). Madureira (2018) discute em seu capítulo teórico que possuir o sentimento de pertencimento a um grupo específico, não é algo necessariamente ruim, pois nos provê um ambiente seguro e familiar quando se lida com a diferença. Entretanto, se nesse processo passamos a desqualificar os outros grupos por conceitos pressupostos, é algo ruim que pode promover preconceitos e ações discriminatórias.

A identidade é um processo formado pelos grupos e pelos indivíduos, ela está ligada com a diferença, ou seja, o que somos define o que não somos, além disso existem diferenças que se juntam com outros preconceitos (Moreira & Câmara, 2013). Sawaia (2014) levanta a questão de que o/a colonizado/a pergunta sobre sua própria identidade, enquanto o/a colonizador/a raramente o faz, portanto, a identidade é também uma categoria política.

Apesar das identidades estarem relacionadas ao sentimento de pertencimento em relação a determinados grupos sociais, esse processo, muitas vezes, pode ser perpassado por

estereótipos negativos voltados à preservação de valores que discriminam quem não faz parte do grupo em questão (Galinkin & Zauli, 2011). Essas diferenças entre as identidades sociais é necessária e pode vir a ser enriquecedora, porém quando construída negativamente pode gerar conflitos desgastantes e fortalecer processos excludentes (Galinkin & Zauli, 2011).

Conforme é discutido por diversos autores/as na contemporaneidade (Galinkin & Zauli, 2011; Madureira & Branco, 2012; Moreira & Câmara, 2013; Sawaia (2014); Woodward, 2000), a identidade é relacional e envolve a marcação simbólica da diferença, está ligada a condições sociais e materiais, além de envolver sistemas classificatórios. Ou seja, nossas identidades são construídas a partir da marcação simbólica das diferenças, que criam essa distinção entre “nós e eles”. Quando essa marcação se torna muito rígida, pode levar a práticas discriminatórias, o que explicaria a violência devido à intolerância e ao preconceito por trazer a concepção de que existem grupos superiores a outros (Madureira & Branco, 2012).

Essas fronteiras simbólicas rígidas explicam, em parte, porque as religiões monoteístas apresentam a tendência em fazer distinções tão extremas e fomentam, ainda mais, o caráter missionário em relação às pessoas que não compartilham das mesmas crenças religiosas, acabando por assumir uma postura fundamentalista. Podemos considerar, portanto, o fundamentalismo religioso como uma forma de preconceito.

Na pesquisa realizada por Mesquita e Perucchi (2016), foram analisados vídeos disponíveis no *YouTube* de lideranças religiosas que falavam sobre homossexualidade e chegaram à conclusão de que líderes evangélicos transmitem, frequentemente, mensagens discriminatórias de cunho homofóbico e para comprovar sua autoridade, se apresentam como “porta vozes de Deus”. Essas crenças que são difundidas colocam essas lideranças religiosas como pessoas inquestionáveis, em um nível de (suposta) “perfeição”,



influenciando, frequentemente, as pessoas de forma negativa e abusiva. Atualmente, se vê no Brasil essa autoridade sendo exercida por algumas lideranças religiosas que chegam a fazer campanhas e demonstrar apoio a determinados partidos políticos, bem como o apoio a determinados políticos em particular.

A agenda desses políticos e partidos políticos têm se misturado a um discurso ultraconservador, intermediado pela religião, para ganhar espaço na vida dos/as cidadãos/ãs, porém seus verdadeiros objetivos não compactuam verdadeiramente com esse apelo moralista. As ações e falas desses políticos mostram seus verdadeiros objetivos: uma aproximação do nazismo e do fascismo, com discursos autoritários que acabam reduzindo a democracia a uma mercadoria, fazendo com que a população a odeie (Carapanã, 2018; Tiburi, 2016).

Se as lideranças políticas fazem alusões constantes que apenas pela força o país “tomará um rumo”, o diálogo e a tolerância perdem a importância, portanto a democracia não é algo a ser defendido. O apoio de lideranças religiosas a esses políticos autoritários pode ser compreendido por meio desse compartilhamento de ideias que desejam reafirmar sua autoridade e seu anseio por uma norma reguladora de toda a sociedade.

## 2. A Participação das Igrejas Evangélicas na Política Brasileira e o Abuso de Poder

Para compreender mais sobre a participação das Igrejas Evangélicas na política brasileira na atualidade, se faz necessário uma exploração sobre o movimento ultraconservador, de extrema direita, que tem ganhado espaço no país e ao redor do mundo na atualidade (Machado, 2019; Almeida, 2018; Solano, 2019).

Na política brasileira, a direita nunca deixou de se fazer presente. Grupos com discursos conservadores e de economia liberal ganharam força no país durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2010 a 2016, não foi ao acaso. De acordo com Miguel (2018, p. 17), “a tática política do PT no poder, de evitar confrontos, acomodou por longo tempo a fatia majoritária da classe política brasileira, cujo único programa é a obtenção de vantagens para si mesma.”

Podemos, com isso, analisar que durante os governos petistas, esses grupos ganharam força como uma reação, por não alcançarem os objetivos pretendidos, como por exemplo o ganho de privilégio para si mesmos, foram sendo enfraquecidos. Especialmente com o desenvolvimento de programas sociais tais quais o “bolsa família”, políticas afirmativas (como as cotas raciais e para estudantes de baixa renda nas universidades públicas brasileiras), novas pautas no que se refere ao respeito aos direitos humanos de grupos historicamente discriminados (como, por exemplo, a população LGBTQI+), etc. É diante desse contexto que se desenvolve a “nova direita” no Brasil.

De acordo com Carapanã (2018), essa nova direita é bem similar à “antiga direita” que emergiu após a Segunda Guerra Mundial, mas se difere pelo fato de que a nova direita não aceita qualquer tipo de democracia, querendo atacar o Estado com a garantia de direitos civis e derrubar quaisquer formas de incentivo à cultura. Essa nova direita tornou-se ainda mais autoritária, com o objetivo de alienar ainda mais a população para continuar no poder.

A “nova direita” é muito conhecida como dois vieses políticos e ideológicos sendo eles o “Neoliberalismo” e o “Neoconservadorismo”, ambos são vertentes diferentes, mas ultimamente os ideais de ambas tem se aproximado muito no discurso das pessoas com relação às formas de se ver e fazer política em um mundo dominado pelo sistema capitalista (Solano, 2019). De acordo com Solano (2019), essa aproximação acontece porque nas reformas Neoliberais, para que aconteça uma efetiva restrição de direitos trabalhistas com suas propostas impopulares, é necessário que se escondam sob manifestações conservadoras.

O modelo Neoliberal prega sobre o menor envolvimento do Estado possível, deixando que as grandes indústrias lucrem cada vez mais em cima dos trabalhadores, exigindo também uma retirada da possibilidade de tomadas de decisões democráticas com uma abertura maior para o autoritarismo (Miguel, 2018; Almeida, 2018). Assim a população mais vulnerável permanece onde está e os ricos se tornam ainda mais ricos.

No olhar de muitos brasileiros, o modelo Neoliberal não os afetaria de forma negativa, mas sim os privilégios voltariam à "normalidade", como por exemplo a exclusividade do ensino superior (Miguel, 2018). Devido ao fato de que políticas afirmativas (cotas raciais e para estudantes de baixa renda nas universidades públicas) seriam encerradas e diminuiria a presença desses estudantes nas universidades.

Já o modelo Neoconservador visa substituir o Estado secular por um Estado religioso, em consonância com o neoliberalismo que quer também diminuir o poder do Estado, ambas as decisões agravam as desigualdades (Savi, 2015) e a meritocracia. Esse fenômeno acontece quando não há incentivo do Estado para que a população se desenvolva, por isso, apenas as pessoas mais privilegiadas conseguem progredir, tornando muito difícil para pessoas mais vulneráveis saírem da situação em que se encontram.

Não é nenhuma novidade que a democracia brasileira está passando por um período de crise e vem enfrentando diversas ameaças, especialmente depois do *Impeachment* da ex-

presidenta Dilma Roussef em 2016. Recentemente, o general das Forças Armadas Brasileira, Fernando Azevedo, fez um comunicado após uma reunião com o atual presidente da república, Jair Bolsonaro, que “as Forças Armadas estarão sempre ao lado da lei, da ordem, da democracia e da liberdade” e em poucas horas foi afastado do cargo de ministro da defesa.<sup>8</sup>

Esse acontecimento apenas reforça o fato de que a democracia brasileira tem sido ameaçada constantemente, deixando uma parte da população preocupada em relação à continuidade do sistema democrática em nosso país. Cabe destacar que, em momentos de crise, muitas vezes, os/as eleitores/as buscam um “salvador da pátria”. Essa posição de “salvador” e de alguém que não irá se “corromper com a política” e ao invés disso “purificá-la”, muitas vezes, é encontrada em lideranças religiosas cristãs evangélicas, especialmente a partir do olhar dos fiéis evangélicos (Lago, 2018).

É claro que existe uma agenda de partidos Neoliberais e Neoconservadores, como já foi dito, ao admitir esses líderes religiosos em seus partidos. Esses partidos se aproveitam da ignorância das pessoas buscando o lucro a todo custo para alcançar o poder (Tiburi, 2016). Pode-se perceber que uma estratégia de campanha dos partidos foi o uso acentuado das redes sociais com mensagens agressivas e divulgação de “fake news”.

É interessante perceber que através dos meios de comunicação via internet, como as redes sociais, as pessoas se sentem à vontade com mensagens e comentários agressivos e desrespeitosos (Madureira, Barreto & Paula, 2018). Como as pessoas se sentem mais à vontade, os partidos Neoliberais e Neoconservadores obtiveram êxito na disseminação de comentários agressivos e odiosos.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/04/forcas-armadas-estarao-sempre-ao-lado-da-lei-da-ordem-da-democracia-e-da-liberdade-diz-ministro-da-defesa.ghtml>. Acesso: 26/4/2021.

Observa-se que a agenda desses partidos não é apenas a exploração da ignorância, mas também a incitação ao ódio, ódio a quem pensa diferente, ódio à democracia. Nesse sentido, Tiburi (2016, p. 33) afirma que “o ódio não é uma substância presente em algumas pessoas por oposição a outras, mas um afeto que se constitui na experiência partilhada com outros”. Ou seja, as pessoas não nascem odiando, mas sim aprendem no contato com outros.

Pode-se inferir que a partir da experiência dos usuários nos meios de comunicação via internet torna-os mais à vontade, o ódio é compartilhado com outras pessoas que não se conhecem pessoalmente, por isso a força desses comentários será ainda maior.

Em relação à participação político-partidária das igrejas evangélicas no Brasil, pode-se perceber uma expansão desde a época pós ditadura militar, após as igrejas se manifestarem contra a ditadura e chegando a fazer campanhas para o ex-presidente Fernando Collor de Mello (Mariano & Pierucci, 1992). É direito de todo cidadão/cidadã a liberdade de pensamento e expressão, mas quando se utiliza de sua posição de poder, lideranças religiosas que assumem a atitude de induzir os/as fiéis a votarem em determinado/a candidato/a, tal atitude se configura como uma ofensiva ao Estado Laico. Em poucas palavras, trata-se, portanto, de um crime, conforme a legislação brasileira eleitoral vigente (Parizzi, Santos & Pontes, 2020). De forma mais específica, segundo Parizzi, Santos e Pontes (2020, p. 137):

(...) o abuso do direito de liberdade religiosa pode ser considerado como um desvio das práticas e crenças religiosas que busca influenciar de forma negativa e ilegal a vontade dos fiéis, utilizando promessas impossíveis de serem realizadas para alcançar o voto e atingir objetivos totalmente distintos ao exercício da liberdade religiosa.

Com isso, pode-se dizer que a prática religiosa fundamentalista é abusiva, além de ser uma ofensa à laicidade do Estado Democrático Brasileiro, também se configura como crime, podendo acarretar em multa para quem utilizar de sua posição de poder de forma antidemocrática. Essa prática, assim como qualquer ato que viole a legitimidade das eleições, em especial a liberdade do voto e a manutenção da igualdade na disputa eleitoral, pode ser caracterizada como abuso de poder, sendo vedada pelo que prevê os Art. 14, § 9º e § 10 da Constituição Federal de 1988 c/c Art. 22, caput, Art. 19, parágrafo único da Lei Complementar 64/90 (Brasil, 1988):

(...) Art. 19. As transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários, abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto, serão apuradas mediante investigações jurisdicionais realizadas pelo corregedor-geral e corregedores regionais eleitorais. Parágrafo único. A apuração e a punição das transgressões mencionadas no caput deste artigo terão o objetivo de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou do abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta, indireta e fundacional da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Por ser uma prática que viola a legitimidade das eleições pode acarretar em multa, entretanto esse é um tema polêmico que traz discussões e divide opiniões no âmbito Judiciário para legitimar o que aqui tratamos como “abuso de poder religioso”. Compreende-se esse termo como uma mescla de abuso de poder econômico e abuso de autoridade, com o simbolismo e crenças religiosas compartilhadas pela comunidade (Prandi, Santos & Bonato, 2019).

O abuso de poder religioso age como uma forma de desequilíbrio do processo eleitoral em favor dos/as candidatos/as que as igrejas fazem campanha (Calheiros & Silva, 2020), Apesar de ainda não ter uma previsão legal expressa sobre o abuso de poder religioso, é necessário que discussões acerca do tema sejam realizadas a fim de esclarecer a gravidade que pode ocorrer na legitimidade das eleições (Calheiros & Silva, 2020).

Um outro dilema surge com a presença das novas tecnologias de informação e comunicação e, como por exemplo as redes sociais, no dia a dia das pessoas, que para além de realizar mobilizações sociais imensas, têm fomentado, muitas vezes, um pensamento em que todos/as se julgam “especialistas” em todos os assuntos, especialmente sobre política e economia (Lago, 2018). As novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) abrem ainda mais espaços para que as pessoas fiquem em suas “bolhas” de informações e não dialoguem com pessoas com outras posições políticas e ideológicas.

Muitas pessoas não apenas ficam em suas “bolhas” de informações, como acabam espalhando e, muitas vezes, acreditando em “fake news”. A pesquisa desenvolvida por Lelo (2020) teve como objetivo analisar a aceitação e a confiabilidade das fake news como influências partidárias ou não. Após a aplicação de questionários online e mensuração dos resultados, Lelo (2020) apontou em suas pesquisas que nas eleições presidenciais de 2018 cerca de 86% dos entrevistados viram fake news que as urnas eletrônicas são fraudadas, 74% que caso o candidato Fernando Haddad ganhasse as eleições seria implantado o “kit gay” nas escolas. É interessante perceber que a partir do medo de um “inimigo” que não se vê aumentou ainda mais a polarização política.

A polarização política alcançou principalmente as redes sociais e, constantemente, vemos lideranças religiosas fazendo propaganda de políticos em seus perfis. Em um ambiente que é necessário aprimorar as leis existentes como o das redes sociais, a influência que essas lideranças têm pode ser ainda maior do que apenas em suas próprias igrejas. A

falta de diálogo entre pessoas com posições políticas e ideológicas diferentes e o fator citado anteriormente sobre a necessidade de aprimoramento das leis existentes, é mais um desafio que enfrentamos atualmente em nossa democracia.

Em seu artigo Prandi, Santos e Bonato (2019) comparam as relações das religiões brasileiras e a esfera política levando em consideração as concepções políticas dos fiéis e a atuação das igrejas no eleitorado. A análise foi feita a partir dos dados de uma pesquisa nacional de opinião conduzida pelo Instituto Datafolha, na qual foram entrevistadas 2.828 pessoas (Prandi, Santos e Bonato, 2019).

A pesquisa realizada indicou que mesmo o ramo evangélico sendo, entre todas as outras religiões do país, aquele que mais impõe certas condutas aos fiéis, ao serem perguntados, os fiéis acreditam que religião e política são temas que devem se manter separados (Prandi, Santos & Bonato, 2019). Em relação à mesma pesquisa, os resultados indicaram também que entre as igrejas evangélicas do ramo neopentecostal/pentecostal é mais comum o efeito de “máquina eleitoral” do que em outros ramos (Prandi, Santos & Bonato, 2019).

Essa influência de lideranças fundamentalistas religiosas é um processo complexo e para avançarmos na discussão, usaremos a teoria de influência social de Herbert Kelman (2005) e o conceito de conformidade no campo da Psicologia Social que pode nos ajudar a compreender, de forma mais aprofundada, esse fenômeno social e psicológico.



### **3. Fundamentalismo Religioso como Fenômeno Social e Psicológico: Sua Influência nos Grupos em Discussão**

De acordo com Kelman (2005), a influência social acontece sempre entre um contexto social, seja ele entre familiares, em uma relação romântica e até mesmo entre estranhos. É possível perceber que esses processos de influência estão ligados ao desenvolvimento psicológico da pessoa desde a infância, já que o ser humano é um ser social e cultural (Kelman, 2005).

A necessidade de pertencer a grupos é fundamental para os seres humanos e existe em todas as sociedades. O sentimento de pertencimento a determinados grupos sociais trazem benefícios, e fazendo parte da identidade, ajudando a estabelecer normas sociais (Arason & Akert, 2010). Os grupos sociais possuem normas e papéis, normas servem como uma forma de conduzir os comportamentos e os papéis estabelecem como deve ser o comportamento das pessoas que estão dentro do grupo (Arason & Akert, 2010).

A teoria de influência social de Herbert Kelman defende que existem três processos de influência que uma pessoa pode experimentar: obediência, identificação e internalização (Rodrigues, 2018). Podemos descrever a obediência quando essa influência busca uma reação favorável, como, por exemplo, um prêmio; a identificação acontece quando a pessoa aceita essa influência para manter uma relação de reciprocidade; e a internalização é quando a influência é aceita quando faz sentido em relação às próprias crenças e valores do indivíduo (Kelman, 2005).

Segundo Rodrigues (2018), na influência ancorada na obediência existe uma orientação sem questionamento vindo de uma figura de poder; na identificação há essa orientação para uma moralidade convencional; e na internalização há um dever para evitar a violação dos direitos alheios.

Em seu artigo teórico, Rodrigues (2018) discute também que, em cada uma dessas influências, o pensamento de grupo será diferente, por isso que a depender do estágio de desenvolvimento moral da pessoa, ela vai ser mais ou menos influenciada pelo grupo em questão. O autor discorre que existem três níveis em termos de desenvolvimento moral: Pré-Convencional, Convencional, Pós-Convencional. No nível Pré-Convencional, existe uma orientação para obediência e castigo; no nível Convencional é uma forma de orientação voltada à manutenção da autoridade; e no nível Pós-Convencional, é uma orientação voltada a seguir determinados princípios.

A teoria do desenvolvimento moral construída por Piaget e aprimorada por Kohlberg após anos de estudo, explica que as pessoas que se encontram no nível Pré-Convencional, tem uma orientação para obediência que vem sempre sem questionamentos, a fim de evitar eventuais problemas futuros (Fini, 1991). No nível Convencional, a orientação para manutenção da ordem social, tem seu princípio na conformidade em relação aos papéis pré estabelecidos (Fini, 1991). Por fim, no nível Pós-Convencional a orientação por princípios é guiada por um valor moral que envolve a lógica e a consistência (Fini, 1991).

Cada um desses níveis de desenvolvimento moral se conecta ao processo de influência gerada por grupos de formas diferentes, pois a forma como as pessoas serão influenciadas ou não pelos grupos está diretamente vinculada ao seu desenvolvimento moral. Nesse sentido, Rodrigues (2018) chega à conclusão de que a maioria da população brasileira está ainda ligada à influência por identificação e por consequência ainda estão no nível Convencional, por isso que, muitas vezes, na hora de votar, o/a eleitor/a valoriza o ator e a ação muito mais que as ideologias político-partidárias em si.

Um outro processo social que pode nos ajudar na compreensão do fundamentalismo religioso é o conceito de conformidade. De acordo com Arason e Akert (2010) existem duas razões principais para a conformidade: influências sociais informativas e influências sociais

normativas. Influência social informativa ocorre quando o indivíduo não sabe o que é correto para se fazer ou dizer, geralmente em situações confusas e de crise, o indivíduo vê o comportamento dos outros como fonte de informação, acreditando no que os outros fazem e dizem (Arason & Akert, 2010).

Já a influência social normativa ocorre quando, mesmo em situações sem crise, as pessoas se conformam aos outros por razões normativas, apesar de saberem que o que fazem está errado, é muito mais provável que aconteça essa conformidade quando existe um interesse do grupo para alcançar um objetivo (Arason & Akert, 2010). Ambas as teorias se complementam se analisarmos que os indivíduos têm a tendência de serem influenciados pelos grupos, por um processo de aceitação e pertencimento, mas essa influência pode ser prejudicial quando não há uma análise crítica e reflexiva por parte da pessoa acerca do motivo pelo qual ela segue ou não as “normas” do grupo.

Tal discussão teórica contribui para a construção de uma compreensão mais aprofundada de que existe a tendência à identificação não apenas das pessoas pertencentes a uma determinada igreja evangélica com as suas lideranças religiosas, mas também a identificação com determinados tipos de políticos com perfil autoritário que esses grupos têm, tradicionalmente, escolhido. Essa identificação acontece tanto para se sentirem acolhidos e pertencentes ao grupo, quanto por estarem em um nível de cognição convencional e por isso se conformam com a situação sem maiores reflexões.

Um outro fenômeno analisado por Rodrigues (2018) em seu artigo teórico é o de que muitos/as brasileiros/as mesmo após terem cursado o Ensino Superior, não chegam ao nível Pós-Convencional e, muitas vezes, permanecem no nível Convencional. Esse fenômeno é relevante na realização de análises sobre o quanto as lideranças afetam o dia a dia das pessoas, sejam elas lideranças políticas ou religiosas.

É importante salientar que uma forma de alcançar o pensamento crítico e chegar ao nível Pós-Convencional é, especialmente, por meio da educação. Ao considerarmos o que foi discutido nas seções teóricas anteriores, pode-se compreender melhor que a falta de incentivo a educação, e portanto menos cidadãos/cidadãs com pensamento crítico é também um projeto político que deve ser repensado e discutido. Esse é um dos grandes desafios a serem enfrentados: o fato de que como país não conseguimos oferecer uma educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes.

Madureira e Fonseca (2020) discutem em seu capítulo sobre a visão equivocada de que o Brasil é um país “pacifista”, sem desigualdades, sem racismo, sem homofobia e que todos os atritos são resolvidos sem violência. Essa visão é reforçada devido a posições autoritárias das lideranças do país que buscam a não difusão de práticas dialógicas e a falta de estímulo à autonomia (Madureira & Fonseca, 2020). Esses posicionamentos autoritários, incoerentes com os princípios democráticos, utilizam o medo como estratégia política (Almeida, 2018; Brandão, 2005; Madureira, Barreto & Paula, 2018; Tiburi, 2016).

O fundamentalismo religioso é, frequentemente, associado a partidos de extrema direita, com um viés ultraconservador, autoritário e tem crescido no nosso país devido a diversas questões sociais, incluindo a influência dos grupos e níveis de desenvolvimento moral. As Igrejas evangélicas têm se expandido no Brasil nas últimas décadas, especialmente nas periferias das grandes cidades e em bairros onde a classe média vive.

A Psicologia como ciência e profissão, nesse sentido, tem contribuições importantes para fortalecer a democracia no nosso país sobre questões como as do fundamentalismo religioso como uma prática anti-democrática. Contribuições essas que visam a abertura ao diálogo como um esforço coletivo entre a ciência e a sociedade como um todo. A pesquisa realizada se dispôs a investigar como pessoas dentro do âmbito evangélico brasileiro e como

profissionais da Psicologia percebem o fundamentalismo religioso e o abuso de poder no atual cenário político brasileiro.

#### 4. Metodologia

A pesquisa realizada foi inspirada na Epistemologia Qualitativa desenvolvida por González Rey (2005). A Epistemologia Qualitativa desenvolvida por González Rey (2005) foi elaborada com o objetivo de acompanhar as necessidades da pesquisa qualitativa no campo da psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional. Nesse sentido, González Rey (2005) defende:

(...) o caráter construtivo interpretativo do conhecimento, o que de fato implica compreender o conhecimento como uma produção e não como uma apropriação linear de uma realidade que nos representa. A realidade é um domínio infinito de campos inter-relacionados independente de nossas práticas; no entanto, quando nos aproximamos desse complexo sistema por meio de nossas práticas (...), formamos um novo campo de realidade em que as práticas são inseparáveis dos aspectos sensíveis dessa realidade (p. 5).

Justamente por ser uma construção humana, o conhecimento científico não é algo que está pronto, mas que abre espaço para novas construções teóricas, por isso o/a pesquisador/a usa os pressupostos epistemológicos e teóricos da sua pesquisa de forma integrada aos seus processos subjetivos e criativos, para construir novos conhecimentos (González Rey, 2005). Esse é o primeiro princípio fundamental da Epistemologia Qualitativa.

O papel do/a pesquisador/a na pesquisa qualitativa não é simplesmente “colher” informações referentes ao seu tema de investigação, mas, sim, estabelecer interações com as pessoas que fazem parte da realidade investigada (Minayo, 2019). O caráter ativo e criativo

do/a pesquisador/a é necessário no processo de construção de novos conhecimentos, pois o/a pesquisador/a não vivencia esse papel como espectador/a passivo/a, mas como construtor ativo de novos conhecimentos científicos.

O segundo princípio de fundamental importância na Epistemologia Qualitativa diz respeito à “(...) legitimação do singular como instância de produção do conhecimento científico” (González Rey, 2005, p.10). O terceiro princípio da Epistemologia Qualitativa envolve: “(...) compreender a pesquisa como um processo de comunicação, um processo dialógico” (González Rey, 2005, p. 13). A ênfase na comunicação para construção de novos conhecimentos científicos se dá por estar sempre presente nos processos humanos e auxiliar na compreensão de como são vistos os fenômenos a partir da perspectiva dos/as participantes da pesquisa. A comunicação faz com que o espaço de pesquisa seja um espaço de sentido para os/as participantes.

Madureira e Branco (2001) mencionam que a comunicação no âmbito das pesquisas qualitativas é mais que uma simples conversa, é um espaço dialógico de co-construção de significados. É nesse processo que se faz legítima a utilização de entrevistas como estratégia metodológica (Madureira e Branco, 2001).

A Metodologia Qualitativa se caracteriza por investigar sobre uma realidade que, como seres humanos, somos transformadores e transformados por ela, e a medida em que se pesquisa somos confrontados por essa realidade (Minayo, 2019). É por isso que não apenas o investigador atribui sentido para o fenômeno estudado, mas todos os seres humanos atribuem significados e construções (Minayo, 2019).

De forma mais específica, na presente pesquisa, foi investigada a relação entre o fundamentalismo religioso e o abuso de poder nas igrejas evangélicas com relação à liberdade de voto dos fiéis, como também a percepção de profissionais da Psicologia,

especialmente do campo da Psicologia Social, em relação ao tema focalizado na presente Monografia.

#### 4.1 Participantes

Foram entrevistados individualmente seis participantes, maiores de idade, sendo divididos em dois grupos. O primeiro grupo formado por três pessoas evangélicas de diferentes vertentes e o segundo grupo formado por três psicólogos/as, que atuam em diversos campos da Psicologia. A escolha de entrevistar psicólogos/as se deu para que fosse possível alcançar o objetivo de compreender como estes/estas percebem a problemática do fundamentalismo religioso no Brasil. Nas tabelas abaixo, seguem a relação dos/as participantes, com a apresentação dos seguintes dados sociodemográficos: idade, gênero, qual igreja frequenta (grupo 1), religião e qual área específica da Psicologia que atuam (grupo 2):

Tabela 1

*Características dos/as participantes do grupo 1*

| Participante | Idade | Gênero | Igreja que frequenta |
|--------------|-------|--------|----------------------|
| B            | 21    | Mulher | Batista Renovada     |
| Ca           | 62    | Homem  | Presbiteriana        |
| D            | 35    | Homem  | Batista Tradicional  |



Tabela 2

*Características das participantes do grupo 2*

| Participante | Idade | Gênero | Religião                | Área de Atuação |
|--------------|-------|--------|-------------------------|-----------------|
| Cr.          | 25    | Mulher | Não possui              | Clínica/Saúde   |
| Y            | 29    | Mulher | Católica Não Praticante | Clínica         |
| V            | 58    | Mulher | Evangélica              | Social          |

**4.2 Materiais e instrumentos**

Os materiais utilizados foram: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo A), um computador com acesso à Internet para realização das entrevistas virtuais, através do Google Meet, e o gravador do celular da pesquisadora. Foram utilizados os seguintes instrumentos: dois roteiros de entrevistas individuais semiestruturadas, um roteiro para cada grupo delimitado, conforme explicitado na subseção anterior (Anexo B).

**4.3 Procedimentos de construção de informações**

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília (CEP UniCEUB). Após a sua aprovação, foi feito o contato inicial com possíveis participantes explicando-lhes sobre o tema e o objetivo da pesquisa, em linhas gerais. Após terem concordado em participar da pesquisa, foi marcada a entrevista virtual através do Google Meet e antes do encontro foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Foi realizada uma entrevista semiestruturada com cada um/a dos/a seis participantes. Cabe mencionar que todos os gastos referentes à realização da pesquisa foram custeados pela pesquisadora.

É importante destacar que todas as entrevistas foram realizadas de forma virtual, considerando a séria crise sanitária que estamos vivenciando na atualidade devido à pandemia de COVID-19, com o intuito de preservar a segurança e a saúde dos/das participantes e da pesquisadora. Na sala virtual estavam presentes apenas a pesquisadora e os/as entrevistados/as, por uma questão ética de sigilo das informações e também para que os/as participantes ficassem à vontade para responder de acordo com as suas opiniões pessoais.

A entrevista é uma conversa com finalidade, realizada por iniciativa de um/a pesquisador/a com o objetivo de auxiliar no processo de construção de informações sobre a temática focalizada na pesquisa em questão (Minayo, 2019). As entrevistas semiestruturadas, utilizadas na presente pesquisa, englobam perguntas fechadas e abertas que o/a entrevistado/a pode discorrer sobre o tema a ser pesquisado sem se prender necessariamente às perguntas formuladas pelo/a pesquisador/a (Minayo, 2019).

As entrevistas foram realizadas após o envio do TCLE ao/à participante e o esclarecimento de dúvidas sobre aspectos éticos da pesquisa, confirmando a compreensão dos/as participantes sobre a participação voluntária e a gravação do áudio das entrevistas, com o consentimento dos/as mesmos/as. Os/as participantes leram o TCLE e após a concordância verbal, a pesquisadora deu início à entrevista.

#### **4.4 Procedimentos de análise**

O método que foi utilizado como norteador do trabalho interpretativo foi o método de análise de conteúdo em sua vertente temática. Segundo Gomes (2019), o conceito central dessa vertente da análise de conteúdo é o tema e a partir dele são criados núcleos de sentidos que fazem um elo entre a base teórica adotada na pesquisa, os objetivos delimitados e as falas dos/as participantes.

A análise de conteúdo envolve, em linhas gerais, os seguintes procedimentos metodológicos: descrição, categorização, inferência e interpretação (Gomes, 2019), não necessariamente seguindo essa ordem de forma rígida. Cada um desses procedimentos é descrito por Gomes (2019) como:

- A descrição é uma caracterização dos conteúdos da forma mais fidedigna que os pesquisados trazem.
- A categorização é uma forma de classificar os conteúdos que foram levantados no conjunto de entrevistas realizadas.
- A inferência é quando “deduzimos de maneira lógica algo do conteúdo que está sendo analisado” (Gomes, 2019, p. 81).
- Por fim, a interpretação é um procedimento que vai além do que está explícito no material analisado, consiste em relacionar o material em questão com o contexto social e também com os sentidos que são criados acerca do fenômeno estudado.

Para que o processo de interpretação ocorra de forma adequada, é necessário estabelecer conexões entre “as questões da pesquisa; os resultados obtidos a partir da análise do material coletado, as inferências realizadas e a perspectiva teórica adotada” (Gomes, 2019, p. 82). As entrevistas foram, então, analisadas em busca de descobrir os núcleos de sentido na comunicação, através dos ditos e não ditos (Gomes, 2019) presentes nas entrevistas realizadas com os/as participantes.

As entrevistas foram transcritas e, a partir daí, foram criadas categorias analíticas temáticas para nortear o trabalho interpretativo da pesquisadora, considerando os objetivos da pesquisa. De forma mais específica, as categorias analíticas temáticas construídas foram: (a) O Fundamentalismo Religioso Cristão e o Abuso de Poder no Brasil em discussão; (b) As eleições e a Escolha do Voto a partir da Perspectiva das Lideranças Religiosas

Evangélicas Entrevistadas; e (c) O Fundamentalismo Religioso no Brasil a partir da perspectiva das Psicólogas Entrevistadas.

## 5. Resultados e Discussão

Esta seção apresenta e discute os resultados mais significativos da pesquisa de campo realizada, considerando as categorias analíticas temáticas mencionadas anteriormente.

### 5.1 O Fundamentalismo Religioso Cristão e o Abuso de Poder no Brasil em discussão

Em todas as entrevistas realizadas foi discutido sobre o que cada participante entendia como fundamentalismo religioso e laicidade do Estado, bem como suas próprias vivências nas eleições presidenciais de 2018. As respostas foram diversas e apenas a participante B. não sabia o que significava “fundamentalismo religioso”. Nesse sentido, as respostas dos/as participantes sobre o que é o fundamentalismo religioso foram:

*“...a forma como age tem uma fundamentação naquela religião específica ou naquele modo de agir religioso” (B.)*

*“Hoje em dia tem uma confusão conceitual muito grande, as pessoas falam fundamentalismo e elas confundem fundamentalismo com extremismo, com fanatismo, com terrorismo e com dogmatismo.” (D.)*

*“Uns tratam o fundamentalismo como sendo a ortodoxia exacerbada, e alguns enxergam, de forma errônea, o fundamentalismo como uma ortodoxia, vamos dizer assim, muito fechada.” (Ca.)*

*“Para mim é uma visão muito estereotipada, clássica, rígida de algo religioso. Eu acho que no Brasil atualmente a gente tem visto isso muito nos evangélicos.” (Cr.)*

*“Hoje a gente vive em uma situação onde as pessoas têm pouca crítica e é nesses*

*momentos que elas são muito embriagadas da moral religiosa. (...) O problema é como as pessoas sofrem as consequências da perversão do líder religioso.” (Y.)*

*“ Sabe quando a gente vê o fundamentalismo a gente vê primeiro que são conceitos que nem sempre eles estão baseados no que realmente aquela religião que foi posta. O que é que acontece, esse fundamentalismo religioso eu acho que ele foi criado em cima da percepção de outras pessoas e não da pedra fundamental daquela religião entendeu?” (V.)*

Diante das falas dos/as participantes, é importante salientar que a participante Y. têm formação em Psicanálise e que o tema sobre a “perversão” de alguns líderes religiosos será tratado na terceira categoria analítica. Apesar das divergências, um aspecto que apareceu nos relatos de Ca., Cr. e Y. é o fato de que grupos fundamentalistas religiosos têm em si o anseio de uma moral reguladora e universal.

Esse anseio por uma moral reguladora e universal está em sintonia com a discussão desenvolvida por Harari (2020) ao discorrer sobre o caráter missionário das religiões monoteístas, incluindo as religiões de matriz Cristã. Pode-se inferir que, em alguma instância, os/as participantes concordam que religiões têm em seus fundamentos a necessidade de fomentar uma crença supostamente universal a partir da defesa de que suas crenças religiosas são superiores às demais.

Essas falas ilustram a discussão sobre o fundamentalismo cristão que tem em seu princípio uma “verdade absoluta”, desrespeitando valores religiosos pessoais dos indivíduos. Esse fenômeno não é presente apenas no Brasil, mas também em outros países (Savi, 2015). No Brasil, pode-se perceber que existem segmentos da Igreja Evangélica que, a partir de textos Bíblicos, interpretam o que está escrito “ao pé da letra”, criando uma visão de mundo sem levar em consideração a época e o contexto em que foram escritos (Vieira, 2018).

O fundamentalismo religioso, conforme analisado por Chauí (2006), utiliza o medo para dominar as pessoas induzindo as pessoas ao temor do que pode vir a acontecer a elas caso se comportem de forma diferente. O medo é usado, então, como uma forma de controle social a fim de estabelecer uma norma comportamental reguladora (Brandão, 2005).

No Brasil, dada as inseguranças que a população sofre, o medo está muito presente no cotidiano das pessoas e os movimentos religiosos se aproveitam, algumas vezes, da fragilidade das pessoas para oferecer soluções pretensamente milagrosas e salvadoras (Machado, 2019).

Essa atmosfera de medo, muitas vezes, abre pretextos para práticas discriminatórias com relação a grupos que já são rejeitados, pois se sentimos medo é bem provável que venhamos a esconder o que acreditamos/o que somos. Se escondemos, não abrimos espaço para o encontro com as diferenças e para o diálogo. Um exemplo disso são pessoas LGBTs que escondem durante anos da família a sua orientação sexual ou a sua identidade de gênero por medo da reação, medo de serem excluídas do núcleo familiar e até mesmo de suas próprias casas.

Ao serem questionados/as se já presenciaram uma situação de preconceito em suas igrejas, as pessoas do grupo 1, em sua maioria, disseram que sim, sendo que a participante B. comentou que já viu diversas vezes situações de homofobia. O participante Ca. disse que viu um episódio com uma pessoa em situação de rua em que as pessoas da igreja não quiseram chegar perto dela por estar suja, mas que tinha sido uma única vez. Cabe refletir que diante da divergência de respostas, existe ainda uma dificuldade das pessoas reconhecerem o preconceito quando não as afeta de forma direta, ou quando elas próprias apresentam atitudes preconceituosas, mas não as reconhecem como tal.

Essas falas suscitam o questionamento sobre o que pode ser feito para que as pessoas possam ter mais consciência acerca dos seus próprios privilégios?

Ao ser questionada se o fundamentalismo religioso influenciou nas eleições presidenciais de 2018, a participante Cr. respondeu:

*“A partir do momento que o Bolsonaro faz uma piada com um negro, nossa muita gente acha engraçado, né. Porque tem preconceito dentro de si ainda. (...) É um cara que está falando o que eu quero escutar, um cara que, além de ser autoritário. (...) Chega com esse discurso de ser super ético, porque é cristão, tanto que o slogan é ‘Brasil acima de tudo, Deus acima de todos’. (...) Ele chega com um discurso homofóbico, transfóbico e tradicional e isso cola nas pessoas, e ele foi eleito em cima disso.”*

A fala da participante Cr. ilustra como em um clima de medo, setores ultraconservadores da nossa sociedade utilizaram dos preconceitos arraigados em parte da população para alcançar a confiança dos eleitores. É importante discutir que essa aproximação acontece porque as reformas neoliberais, muitas vezes, se escondem sob manifestações conservadoras para que suas políticas sejam aceitas pela população com a promessa de um “messias” (Solano, 2019; Machado 2019). Esse “messias” viria para colocar uma “ordem” nas pessoas que fogem à norma defendida pelos ideais conservadores.

É interessante perceber que no período em que houve crescimento econômico no Brasil, as igrejas pregavam muito sobre a “teologia da prosperidade” (Savi, 2015), mas a partir do momento em que ocorreu o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff em 2016 os discursos de um “messias salvador” entram ainda mais em vigor.

Em um Estado Democrático de Direito, como o Brasil, a laicidade tem um papel fundamental, mesmo que o significado do conceito de laicidade não seja claro para a maior parte da população brasileira. A liberdade religiosa é um direito que todos/as se beneficiam,



de forma consciente ou não, e esse é o princípio da laicidade, que funciona como uma proteção das diferenças, um princípio de promoção do respeito à diversidade existente no nosso país (Lionço, 2017).

Ao serem questionados/as, todos/as os/as participantes destacaram a importância da laicidade no Estado Brasileiro e que acreditam que é uma forma de respeito em relação às diferenças religiosas. A participante B. relatou ainda que não suportaria a ideia de seguir (ou não) uma religião por uma “determinação” de um Estado, como é o caso, por um lado, de Estados Teocráticos e, por outro lado, de Estados Ateus.

É interessante pensar que no grupo 1, os/as entrevistados/as se consideravam muito ativos na igreja e que a sua religião tinha um grande espaço na sua vida e ao serem questionados/as sobre a importância da harmonia entre todas as religiões os/as participantes concordam, pois implica a sua própria liberdade religiosa. Liberdade essa que não é apenas a de viver suas crenças religiosas da forma como quiser e ter seus posicionamentos, mas também a de votar em quem a pessoa acredita que deve representá-la na esfera pública.

Esse direito de liberdade ao voto, inclui também o sigilo em quem os/as eleitores/as votaram como forma de evitar a pressão e a coação garantindo que os/as cidadãos/ãs votem no/a candidato/a que se sentirem mais à vontade. Ao ser questionado sobre se houve alguma situação que o incomodou nas eleições de 2018 por parte de lideranças religiosas, o participante D. respondeu:

*Tive sim muito incômodo de ver alguns apelos um pouco sem ética, entendeu? A minha grande questão é que eu vejo que algumas pessoas rompem, apesar de não cometer, na minha opinião, nenhum crime. Eu acho que algumas lideranças ultrapassam sabe alguns preceitos éticos que me são caros.*

A fala do participante D. suscita a reflexão sobre qual é o limite ético das lideranças religiosas, até onde os apelos “sem ética” podem ser considerados abuso de poder quando se fala em propagandas políticas feitas por lideranças religiosas? Até onde estão apenas “dando sua opinião” em suas redes sociais? Qual o intuito em fazer propaganda para um político específico?

A prática fundamentalista religiosa com o intuito de violar a legitimidade das eleições, em especial a liberdade do voto e a manutenção da igualdade na disputa eleitoral, pode ser caracterizada como abuso de poder, sendo vedada pelo que prevê os Art. 14, § 9º e § 10 da Constituição Federal de 1988 c/c Art. 22, caput, Art. 19, parágrafo único da Lei Complementar 64/90 (Brasil, 1988), conforme já mencionado na presente Monografia.

Esse exemplo nos faz refletir sobre o que tem sido discutido em relação ao abuso de poder religioso como uma forma de desequilíbrio do processo eleitoral em favor dos/as candidatos/as que as igrejas evangélicas fazem campanha. Como já foi mencionado, na legislação não há uma previsão legal específica sobre o abuso de poder religioso (Calheiros & Silva, 2020), mas a partir da fala do participante pode-se perceber a urgência de que discussões acerca do tema entrem em vigor para suscitar a urgência de debates acerca do tema. Essas discussões devem funcionar como forma de instigar os/as cidadãos/ãs a respeito de seus direitos.

Ainda com relação às eleições presidenciais de 2018, um outro participante do grupo 1, Ca. relatou que ele, como pastor, foi claro com a sua equipe em relação ao partido que ele estava apoiando e um colega decidiu se retirar da igreja após esse posicionamento político-partidário. O mesmo participante disse que é necessário o posicionamento dele, pois *“quando eu me calo, eu dou voz a quem quer destruir esta nação”*.

Cabe, então, questionarmos: quem são esses que querem destruir a nação? São os “partidos de esquerda” com seus planos de “kit gay” (Lelo, 2020)? Ou será que é o governo

federal atual com sua postura negacionista frente à pandemia de COVID-19<sup>9</sup>? Quem está propagando esses discursos de que existe um “inimigo” que deve ser combatido e que o único objetivo dele é destruir o país?

Discursos como esses podem ser relacionados ao que Tiburi (2016) discute em seu livro com relação às ações de pessoas neofundamentalistas, que buscam apenas efeitos e resultados para o que lhes agrada e não levam em consideração as outras pessoas.

É interessante perceber que quando Ca. diz “*nós fomos idiotas e entregamos essa nação nas mãos de ladrões, de uma quadrilha terrível, chamada PT, PSol, PCdoB e por aí vai*”, pode-se observar que na visão dele a “quadrilha” está situada em determinadas ideologias, como se a corrupção fosse algo apenas localizado na história do Brasil. Esse anseio pelo combate à corrupção é discutido por Miranda (2019) ao discorrer que essa prática no imaginário popular provém apenas por parte de alguns partidos, no caso por parte de partidos de esquerda.

Com isso, é importante destacar que partidos políticos que apresentam um discurso ultraconservador têm ganhado espaço na vida dos/as cidadãos/ãs com um apelo moral. Lideranças religiosas como Ca., por mais que não sejam a maioria, acreditam nesses apelos intermediados pela religião e reproduzem um tipo de discurso fundamentalista que caminha na direção de manter a discriminação com relação a certos grupos.

## **5.2 As Eleições e a Escolha do Voto a partir da Perspectiva das Lideranças Religiosas Evangélicas Entrevistadas**

O aumento de cristãos evangélicos no Brasil é um acontecimento que reflete não apenas nas igrejas, mas em todos os campos da sociedade. No campo político, podemos

---

<sup>9</sup> Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04/entenda-como-funciona-uma-cpi-e-os-poderes-da-comissao-que-investigara-aco-es-na-pandemia-da-covid.shtml> > Acesso: 16/6/2021

notar que líderes religiosos das igrejas evangélicas começaram a discursar sobre a necessidade de que pessoas evangélicas participassem ativamente em cargos políticos (Machado, 2019). Ao serem questionados sobre o interesse pessoal na política, os participantes Ca. e D. relataram que:

*“Me considero. Hoje me considero. Nunca fui muito envolvido, nunca... e alguns se enganam com nós, evangélicos, achando que foi depois que Bolsonaro foi eleito que começamos a nos envolver. (...) Então assim, nós passamos a abrir os olhos foi a partir do governo Lula. (...) Aí eu disse ‘o que é que nós estamos fazendo?’ (...) Aí eu comecei a me interessar e descobri que nós, evangélicos, não estávamos nos ocupando da política, nos envolvendo, e abrindo vaga para esses criminosos, ladrões, assaltantes, que estavam assumindo o poder. (...) Aí eu passei a me interessar e me reunir com pastores para a gente tomar o poder desse país antes que acontecesse o que aconteceu na Venezuela, na Bolívia, e na China e por aí vai.”*

(Ca.)

*“Me considero interessado sim... A ideia de política para mim é uma ideia bem clássica no sentido de clássico grego, do Aristóteles, aquela coisa do bem comum. (...) Sempre me interessei muito pela vida pública, pelas questões sociais. (...) Eu também me sinto muito realizado ajudando as pessoas. (...) Então me considero uma pessoa interessada e motivada a tentar entender como a gente pode contribuir mais.”* (D.)

É importante ressaltar que ambos os entrevistados são líderes religiosos de segmentos diferentes da Igreja Evangélica, ou seja, ambos são pastores, e que ao serem

questionados sobre o seu envolvimento na política tem respostas com focos diferentes. Enquanto Ca. tem uma visão do que tratamos sobre “banir o mal” das esferas públicas (Machado, 2019), D. tem uma visão sobre o fato de que na esfera pública ele busca “o bem comum”. Essas respostas exemplificam a multiplicidade de pensamentos e posturas dentro das Igrejas Evangélicas que é discutida por Menezes (2014) ao evidenciar que diferentes movimentos terão diferentes crenças.

De acordo com Chauí (2006), os humanos sentem medo porque não têm controle de suas vidas, esse fenômeno se expande na pós-modernidade devido às incertezas e a falta de uma verdade absoluta. O fundamentalismo religioso, com líderes carismáticos e com linguagem acessível começa a ser interpretado como ação política a fim de dar uma segurança aos fiéis por possuírem uma verdade eterna e universal, excluindo o conflito e a diferença (Chauí, 2006). O outro torna-se um inimigo a ser eliminado.

O medo de que o Brasil se torne um país “comunista”, e portanto ateu, exemplifica o quanto o medo pode ser utilizado como estratégia política do fundamentalismo religioso. A fala do participante Ca. mostra como uma discriminação a determinado grupo social/ideologia (países com lideranças de esquerda/o comunismo) pode causar uma intolerância emocional e cria uma necessidade de eliminar um inimigo em comum.

A construção desse “inimigo” invisível que ameaça a democracia brasileira e sua liberdade de crença fez com que o Ca. se reunisse com outros líderes religiosos de sua cidade para que pudessem “tomar o poder do país” dos representantes que seriam os responsáveis pelos crimes de corrupção. Considero que por se sentirem como um grupo superior aos demais e cientes de sua influência nas igrejas, essas lideranças têm como objetivo incentivar os fiéis a votarem nos/as candidatos/as de sua preferência.

Como foi discutido, grupos sociais possuem normas e papéis, que orientam os comportamentos das pessoas que estão dentro do grupo (Arason & Akert, 2010). O papel do líder nesse processo é fundamental, pois ele é o responsável pelo “pensamento grupal”.

De acordo com Arason e Akert (2010), o pensamento grupal é “definido como um tipo de pensamento no qual manter a coesão e a solidariedade é mais importante do que examinar os fatos de modo realista” (p. 210). Esse tipo de pensamento é comum em grupos que já possuem as mesmas crenças e agem de forma similar, além de ter um líder que deixa claro seus desejos (Arason & Akert, 2010).

A teoria de pensamento grupal de Arason e Akert (2010) nos ajuda a compreender melhor os motivos pelos quais o fundamentalismo religioso se articula com as lideranças políticas nos grupos. Para tanto, é necessário que o grupo concorde entre si, como por exemplo fiéis de determinada igreja evangélica, e um líder autoritário que seja claro com relação a sua vontade, como, por exemplo, qual é o seu posicionamento político e em qual candidato irá votar.

Por mais que lideranças religiosas afirmem não fazer campanha para políticos, será que essa clareza na comunicação sobre em quem irão votar é apenas “liberdade de expressão”? Se eles sabem que como líderes exercem influência sobre os fiéis, por que não respeitam o sigilo do voto?

Em um Estado Democrático de Direito, o sigilo do voto tem como fim a legitimidade das eleições, talvez para que essa influência em termos de pensamento grupal seja, de certa forma, minimizada, já que a melhor forma de evitar tal influência, segundo Arason e Akert (2010) é o líder permanecer como uma figura imparcial.

A resposta de D. ao compreender a política como algo que venha a favorecer a todos/as e com uma postura dialógica, levanta a discussão sobre a variedade de crenças entre lideranças religiosas evangélicas. Os participantes com posições diferentes, exemplificam

que as lideranças religiosas lidam de formas diferentes com relação às incertezas políticas que o país vive.

A fala do participante D. elucida uma outra maneira de lidar com a política, pois ao ser questionado sobre seus critérios para votar, ele afirmou ter muito “apreço” pela democracia e que *“pessoas de viés autoritário eu não tenho nenhum interesse em votar, porque eu acho que isso é um compromisso anterior aos próprios programas de governo”*.

A fala do participante Ca. ilustra a discussão sobre a “nova direita” brasileira que tem ameaçado constantemente os princípios democráticos, aproveitando-se da ignorância das pessoas, com comentários e mensagens agressivas como artifício para alcançar o poder a todo custo.

Tiburi (2016), defende que discursos que incitam a violência são transmitidos “de cima para baixo”, ou seja, por meio de líderes políticos, religiosos, publicitários, jornais, e ganham forma quando vivenciados por meio de pares. Pode-se compreender que por mais que os líderes políticos tenham essa ação anti democrática de violência a certos grupos, para que o ódio ganhe força é necessário que a população partilhe desse mesmo sentimento.

Os compromissos da “nova direita” têm se mostrado cada vez mais claros se observarmos a atual pandemia de COVID-19 no país. O Brasil fechou o ano de 2020<sup>10</sup> com 194.949<sup>11</sup> pessoas mortas devido à COVID-19 e com 33 novos bilionários, dados que não são divulgados pelos sites oficiais do Governo Federal, apenas por jornais sérios e comprometidos com a transparência. O número de mortes causadas pela COVID-19<sup>12</sup>, em julho de 2021 já tem o total de aproximadamente 525.229, em apenas seis meses o número

---

<sup>10</sup> Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/12/31/interna\\_nacional.1225164/brasil-fecha-2020-com-194-949-mortes-por-covid-19.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/12/31/interna_nacional.1225164/brasil-fecha-2020-com-194-949-mortes-por-covid-19.shtml)> Acesso em: 17/06/2121

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://forbes.com.br/listas/2020/09/acionistas-da-weg-somam-dez-dos-33-novos-bilionarios-brasileiros/>> Acesso em: 17/06/2021

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/07/05/brasil-ultrapassa-525-mil-mortes-por-covid-media-movel-de-casos-tem-maior-queda-ja-registrada-na-pandemia.ghtml>> Acesso em: 7/07/2021

de mortos dobrou. Milhares de brasileiros/as perderam suas vidas por uma doença na qual já existe vacina e que o Governo Federal ignorou<sup>13</sup> cerca de 53 e-mails, de uma das maiores empresas farmacêuticas do mundo, os quais tinham como assunto a venda de vacinas para o Brasil. Esses dados apenas reafirmam quais são os compromissos desses candidatos autoritários.

Ao ser questionado sobre os critérios que o participante Ca. leva em consideração na escolha do voto, ele elucida que “*a ética, a honestidade, os princípios que regem a palavra de Deus*”. Esse sentimento de que o/a candidato/a é ético, honesto e “*temente a Deus*” revela muito do que é discutido por Rodrigues (2018) sobre o desenvolvimento moral da maioria da população brasileira estar ligada à influência por identificação, ou seja, ainda no nível Convencional. De acordo com a entrevista realizada com o participante Ca., o mesmo na hora de votar, valoriza muito mais o ator e a ação do que as ideologias político-partidárias.

É importante considerarmos que, em diferentes níveis de desenvolvimento moral, as pessoas se conectam ao processo de influência gerada por grupos de formas diferentes (Rodrigues, 2018). Conforme discutido na presente Monografia, uma forma de alcançar o pensamento crítico e chegar ao nível Pós-Convencional é, especialmente, por meio da educação. Essa discussão esclarece o fato de que a falta de incentivo à educação e a precariedade das condições de vida de cidadãos/cidadãs, dificulta o pensamento crítico e reflexivo. O que pode ser entendido também como um projeto político que deve ser seriamente questionado, na direção de fortalecermos o nosso sistema democrático.

Sobre a relação entre a Igreja e o Estado brasileiro, o participante D. relatou que na história do mundo sempre houve momentos em que ambos se misturaram e por isso não é uma novidade. Além disso, relatou:

---

<sup>13</sup> Disponível em: < <https://exame.com/brasil/governo-ignorou-53-e-mails-da-pfizer-sobre-vacina-afirma-randolfe/>> Acesso em: 17/06/2021



*“Aí veio o candidato Bolsonaro e fala de Deus e combinando lideranças religiosas evangélicas. Então, hoje escancarou algo que já estava previsto e algo que já estava sendo observado nos estudos. (...) Os evangélicos eram apolíticos e estavam na deles. Mas foram crescendo, crescendo, crescendo e agora querem estar em tudo dentro do Estado. (...) Eu sou a favor da laicidade. Eu vejo isso com preocupação. (...) Eu vejo com muito incômodo que tem pastores que ficam perturbando a justiça porque “queremos que a igreja seja aberta”, mas por outro lado é colocado fogo em locais de culto de religiões de matriz africana e eles não dão um pio. Então, são dois pesos e duas medidas em grande parte das vezes. Eu não vou dizer que são todos os pastores que pensam assim, muitos pensam mais parecido com meu jeito, mas outros não. Você vê na prática que tem outros líderes evangélicos que não estão simplesmente nem aí. Eu vejo com preocupação, né.” (D.)*

O que o participante traz com relação a junção entre religião e estado remete à Idade Média na Europa, época em que o cristianismo fez muito presente na vida política, nas artes e também nas discussões filosóficas na Europa (Azevedo, 2017; Marcondes, 2000).

A chegada de Portugal ao Brasil teve diversas implicações e uma delas foi a catequese como forma de colonização. Percebe-se que desde então, em alguma instância, o cristianismo sempre esteve presente na política do país (Azevedo, 2017). Até que, com a Proclamação da República e a posterior promulgação da Constituição em 1891, há um afastamento, em termos formais, da Igreja e do Estado Brasileiro (Azevedo, 2017).

No decorrer do século XX, a democracia brasileira sofreu diversos ataques, como por exemplo o Golpe Militar em 1964 que se encerra com a Constituição de 1988. Ao olhar para história do nosso país, é surpreendente perceber o quão nova é a nossa Constituição e

como, infelizmente, esse curto período de tempo é capaz de fazer muitas pessoas se esquecerem das tragédias que vivemos na história recente do nosso país.

De acordo com Madureira e Fonseca (2020), o Brasil é um país que esconde, na realidade, uma estrutura violenta presente na sociedade, a qual muitos/as cidadãos/ãs compartilham a visão estereotipada que o Brasil é um “país pacífico” que esconde uma estrutura violenta na sociedade.

O temor do participante D. faz sentido se analisarmos pela ótica de que o fundamentalismo religioso no Brasil se articula com posições políticas autoritárias e tem ações não democráticas. O fato mencionado pelo participante D. de pastores pedindo para abrir igrejas durante a pandemia de COVID-19 e ficando calados quando é colocado fogo em templos de religiões de matrizes africanas são exemplos de ações fundamentalistas. De acordo com Vieira (2018), essas práticas intolerantes à diversidade e discriminatórias são um risco à laicidade e à democracia.

### **5.3 O Fundamentalismo Religioso no Brasil a partir da perspectiva das Psicólogas Entrevistadas**

Compreende-se que o papel da Psicologia, como ciência e profissão, nas discussões sobre o fundamentalismo religioso no Brasil, seja o de investigar e promover reflexões acerca do tema, em defesa da laicidade, da dignidade, da liberdade de crença, do respeito aos direitos humanos, todos intermediados pelo compromisso democrático (Lionço, 2017; CFP, 2005).

Os relatos das psicólogas entrevistadas ao serem questionadas sobre o que entendiam sobre fundamentalismo religioso, apresentam pontos convergentes na direção do que foi desenvolvido por Harari (2020), Kiefer (2018) e Vieira (2018) no que diz respeito a serem

religiões que tem em seu anseio uma moral reguladora e universal. A participante Y. em específico falou:

*“Hoje a gente vive em uma situação onde as pessoas têm pouca crítica e é nesses momentos que elas são muito embriagadas da moral religiosa. (...) A religião tem um código lá que vai ser interpretado e as pessoas vão fazer uma comunhão de grupo. Se todo mundo estiver pactuando daquilo ali, tudo bem. (...) Agora, existe um processo perverso toda vez que você tem uma lógica de poder. O líder religioso tem poder sobre o outro. Poder sobre como ele comunica quem é a figura de Deus, que é uma supremacia absoluta, né. E aí o problema maior é quando você tem líderes religiosos perversos. (...) Você tem um monte de líderes religiosos ali que não estão comprometidos com os princípios de generosidade, de partilha, e de amor ao próximo que teoricamente o livro deles está pregando. Eles estavam comprometidos em usar o poder deles sobre a fragilidade do outro”.*

A partir desse trecho, reforça a percepção de que líderes religiosos fundamentalistas assumem, muitas vezes, uma postura desonesta, se aproveitam da ignorância das pessoas usando a crença para alcançar o seu próprio querer (Tiburi, 2016). Essa fala da participante Y. ilustra o que foi construído em relação ao autoritarismo presente na sociedade brasileira, as constantes práticas discriminatórias desses grupos, a vontade de se sobrepor às demais religiões existentes no país, etc.

Esse poder de influência das lideranças religiosas pode ocorrer de forma a incentivar o diálogo, como também de modo autoritário. Ao ser questionada sobre se o fundamentalismo religioso está presente no país, a participante Cr. trouxe o exemplo de um caso clínico:

*“Eu atendo uma menina que ela tem uma mãe evangélica e aí ela começou a se questionar muita coisa. E o estopim para ela não querer mais ser considerada evangélica, foi que na época das eleições o pastor da Igreja dela falou que todo mundo tinha que votar no Bolsonaro. Se não, algo muito ruim poderia acontecer com as pessoas caso o Bolsonaro não fosse eleito, porque ele era o escolhido de Deus. Então, se ele era o escolhido de Deus, todos os outros não eram competentes o suficiente.”.*

Esse exemplo ilustra a promessa de que existe um “messias salvador”, personificado na figura de um político em particular, no caso Jair Messias Bolsonaro, que iria restabelecer um conjunto de valores e princípios éticos cristãos.

De acordo com Machado (2019), Jair Messias Bolsonaro ficou conhecido pelo seu discurso de ódio direcionados a mulheres, negros, à comunidade LGBTQI+ e ganhou forças ao se alinhar como apoiador da “Frente Parlamentar Evangelica”. Em seus discursos, Bolsonaro se colocava como alguém “diferente” e que iria restabelecer a “crise moral” e os “valores tradicionais” da família brasileira (Solano, 2019). Esses discursos do, até então, candidato fez com que ele ganhasse mais espaços e mais eleitores principalmente no campo da Igreja Evangélica.

O fato de ter sido um pastor coagindo os fiéis a votarem, na época, no candidato Jair Bolsonaro traz a discussão acerca do abuso de poder e da necessidade de regulamentar o abuso de poder religioso como prática criminosa, pois age como uma forma de desequilíbrio do processo eleitoral e fere os princípios democráticos do nosso país. Em um país laico, tanto religiosos quanto não religiosos, não devem abusar do seu poder, mas respeitar as eleições democraticamente (Azevedo, 2017).

O fundamentalismo religioso, nesse processo de construir a identidade das pessoas dentro dos grupos religiosos evangélicos no Brasil, faz com que os fiéis, muitas vezes, se conformem com o que é dito pelos líderes religiosos sem pensar criticamente sobre o que está sendo posto.

De acordo com Arason e Akert (2010), existem duas razões principais para a conformidade: influências sociais informativas e influências sociais normativas. Compreendo que no âmbito evangélico fundamentalista existe uma mistura entre as duas influências. De um lado os fiéis aceitam o que é dito por considerarem o comportamento de outros do seu grupo e do líder como fonte de informação, sendo, nesse sentido, um modelo do que fazer e dizer (Arason & Akert, 2010). Por outro lado, existe um interesse pelo grupo (Arason & Akert, 2010). Esse interesse é visto com políticos “evangélicos”, com valores e motivações regidos pela “palavra de Deus”.

Esse acontecimento ilustra o que a participante V. relatou sobre determinadas instituições religiosas terem muita influência e muito poder dentro do Estado e conseguem eleger presidentes, governadores, prefeitos etc. A quem agrada ter governantes que seriam “regidos pela palavra de Deus” que vão numa direção contrária às pautas de Direitos Humanos? Se, como foi colocado pela participante Y., existem princípios de generosidade, de partilha, e de amor ao próximo na Bíblia, por que não se vê isso nas ações desses políticos “evangélicos”?

De acordo com Savi (2015), o fundamentalismo religioso ao fomentar a substituição de um Estado secular por um Estado religioso, quer diminuir o poder do Estado agravando as desigualdades. Enquanto o modelo neoliberal defende o menor envolvimento possível do Estado, deixando que o setor empresarial lucre cada vez mais em cima dos/as trabalhadores/as (Almeida, 2018; Miguel, 2018). Tal modelo acaba por favorecer que os

setores da população brasileira mais vulneráveis se tornem ainda mais vulneráveis e os ricos se tornem ainda mais ricos.

Esses encontros entre ambas as ideologias aparecem no dia a dia eleitoral quando as psicólogas entrevistadas mencionam que houve a participação do fundamentalismo religioso nas eleições, a participante Y. afirmou que: *“os políticos, o estado, os representantes políticos, sabem que não tem como fazer política sem se aproximar da religião”*. Além disso, o fundamentalismo religioso também aparece na propaganda política do candidato que chega *“falando tudo o que você quer escutar e não tem coragem de dizer porque senão você vai ser ‘chamado a atenção’ ”* (Cr.). Essa propaganda fomenta práticas discriminatórias ao que é considerado “diferente”.

Cabe, então, questionarmos: qual o papel da Psicologia nesse contexto? Como lutar e desenvolver práticas dialógicas e democráticas? Ao serem questionadas sobre como deve ser a prática profissional nesse contexto, as participantes responderam:

*“A gente aprende que não tem que falar certas coisas na clínica. Temos apenas que escutar, mas até que ponto você pode escutar qualquer coisa, até que ponto é aceitável o que você está escutando. (...) Eu acredito que a gente tem que se posicionar, por exemplo, a gente tem um Conselho que se posiciona muito bem nas redes sociais. Então, acho que a gente tem que se posicionar no sentido de não propagar esses preconceitos e não propagar essas situações. Está nosso Código de Ética, né. (...) E saber se posicionar, saber como falar, saber o que falar. Acho que também vem da sensibilidade de quem está vivendo aquele momento.”* (Cr.)

*“Então na clínica individual eu acho que nós não temos como expressar o quanto indignados ou agradados a gente está pelo cenário político ou religioso que as*

*peças comungam. Agora, no nível macro nós temos um CRP, por exemplo. (...) Então eu acho que os psicólogos, em virtude do nosso Conselho de classe ser desorganizado, não consegue se reunir para defender pautas. Ali no coletivo talvez a gente pudesse discutir e fazer um posicionamento político de como é que a gente quer interferir ou não socialmente nas eleições, nos líderes religiosos, como eles vão ser ou não. O que a gente quer defender? Que ideal de sociedade a gente quer defender?” (Y.)*

*“Eu acho que psicólogos e psicólogas nesse país têm que trabalhar no sentido de self. Quando nos reconhecemos como seres humanos com direitos, precisamos estar trabalhando em busca do reconhecimento do eu, da valorização da auto estima. (...) É nesse sentido que nós trabalhamos na área social, no reconhecimento como pessoa e do que não é negociável em hipótese nenhuma.” (V.)*

Pela fala das participantes é interessante perceber o papel fundamental que o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais de Psicologia têm no exercício da profissão, regulamentando práticas de acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005) e também se posicionando nas redes sociais. O questionamento da participante Y., contudo, é relevante ao dizer que nós psicólogos/as poderíamos nos reunir e tentar chegar num consenso em relação ao “ideal” de sociedade que devemos defender.

O esforço de reunir psicólogos/as para decidir questões sobre o exercício profissional e posturas a serem tomadas, por mais que seja difícil, é uma proposta interessante. Para que essa proposta tivesse êxito, seria necessário um esforço em conjunto de todos/as, mas é relevante questionar se é algo realmente necessário ou se nós psicólogos/as devemos apenas confiar no trabalho que o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais de

Psicologia têm realizado ao longo dos anos.

De acordo com Lionço (2017), a Psicologia como agente político nesse cenário, e considerando todas as ofensivas contemporâneas antidemocráticas, precisa estimular a reflexão sobre sua posição frente à laicidade. Se o nosso trabalho precisa ser baseado nos valores da Declaração Universal de Direitos Humanos, com responsabilidade social (CFP, 2005), é evidente que toda e qualquer ação que fira os direitos humanos deve ser questionada pelos/as psicólogos/as.

A afirmação da participante V. sobre a atuação profissional em Psicologia é a de buscar a valorização e o reconhecimento daquilo que é inegociável para as pessoas, como o direito à moradia, a liberdade de crença. Essa fala exemplifica a relevância da liberdade de voto de todos/as os/as brasileiros/as. São importantes as contribuições de uma Psicologia crítica, na defesa da democracia brasileira, ao buscar compreender, de forma mais aprofundada, esse contexto histórico que estamos vivenciando na atualidade de ascensão da influência política de setores ultraconservadores na política nacional (Lionço, 2017). Como a Psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional, pode contribuir na defesa dos ideais democráticos do país?

Compreendo que psicólogos e psicólogas têm o compromisso de suscitar questionamentos, realizar pesquisas, utilizar da prática dialógica nas suas relações interpessoais, discutir nas salas de aula a fim de formar profissionais comprometidos com a responsabilidade social. Sem se esquecer de analisar os fenômenos numa ótica crítica levando em consideração a história, a realidade política, econômica, social e cultural (CFP, 2005).

No que diz respeito à Psicologia Social, a fala da participante V. sobre o reconhecimento do que é inegociável na vida dos seres humanos ilustra o seu papel. A Psicologia Social deve auxiliar a compreender sobre o fenômeno do fundamentalismo



religioso como forma de preconceito, como podemos combatê-lo a fim de criar um país democrático na defesa dos Direitos Humanos. A discussão também vale para compreender e problematizar a influência negativa de líderes fundamentalistas com relação à liberdade de voto dos fiéis.

Para auxiliar na construção de uma sociedade democrática, a Psicologia precisa fortalecer sua identidade profissional e seus discursos teóricos no enfrentamento de práticas opressoras que legitimam agressões contra determinados indivíduos e/ou grupos sociais, comprometendo-se com o respeito à autonomia das pessoas, levando em consideração o contexto social, histórico e institucional em que vivemos (Lionço, 2017).

## Considerações Finais

O objetivo da presente pesquisa foi o de analisar as relações entre o fundamentalismo religioso cristão e o abuso de poder no Brasil e a maneira com que tais relações têm afetado o direito das pessoas em relação à liberdade de escolha dos seus representantes políticos. De forma mais específica, foram analisadas as crenças de psicólogos/as em relação ao fundamentalismo religioso no Brasil, bem como as crenças de pessoas evangélicas a fim de compreender a influência dos líderes religiosos evangélicos nos fiéis.

Por meio das falas dos/as participantes, a pesquisa permitiu analisar de forma aprofundada o que pessoas evangélicas e psicólogas pensam sobre o tema investigado e que existem lideranças religiosas que se aproveitam da ignorância dos fiéis ao tentarem coagi-los a votar nos candidatos escolhidos por tais lideranças. Foi discutido que os processos de influência nos grupos têm implicações significativas com relação ao pensamento de grupo e como o líder tem uma grande influência nesse processo.

Durante o processo de influência nos grupos, foi discutido também o motivo pelo qual as pessoas se conformam pela teoria de Arason e Akert (2010). Foi possível perceber que no âmbito evangélico fundamentalista existe uma mistura entre influências sociais informativas e influências sociais normativas. Dado ao fato de que os fiéis além de aceitarem o que o líder fala por ele ser uma “fonte” de informação e porque existe um interesse do grupo com as práticas fundamentalistas.

As falas e os exemplos apresentados pelos/as participantes mostraram a fragilidade da população brasileira que, historicamente, é coagida por lideranças autoritárias e também os constantes ataques que a democracia brasileira tem sofrido nos últimos anos. Daí a necessidade da promoção de práticas dialógicas, da luta pela democracia, da defesa por uma educação escolar de qualidade para todos/as. Se uma forma das pessoas serem menos

influenciadas pelo pensamento de grupo e desenvolverem um pensamento crítico e reflexivo é por meio da educação, o incentivo a uma educação libertadora torna-se necessário para alcançar um pensamento crítico.

A pesquisa traz de relevante a área da Psicologia Social na medida que ilustra a influência de grupos sociais, a conformidade da população com práticas abusivas e autoritárias e como psicólogos/as podem estimular a reflexão, o diálogo, a fim de contribuírem com o desenvolvimento do pensamento crítico no campo. A prática profissional da Psicologia precisa estar amparada em pesquisas e teorias porque, para além de uma profissão, a Psicologia é também uma ciência.

Por isso, é preciso que sejam desenvolvidas mais pesquisas comprometidas com a investigação do fenômeno social e psicológico que é o fundamentalismo religioso no Brasil. Além disso, para que a Psicologia promova diálogos interdisciplinares a fim de auxiliar a regulamentação da prática que aqui tratamos como abuso de poder religioso.

É importante salientar também que a relação do nível convencional com o ensino superior não é uma relação simples e linear. Afinal, o ensino superior pode, em princípio, promover o pensamento crítico e reflexivo por parte dos/as estudantes universitários/as. Entretanto, é importante reconhecermos que, devido a diversos fatores, nem sempre isso ocorre. De forma mais específica, no que diz respeito à formação acadêmica em Psicologia, o ideal seria que os conhecimentos abordados incentivassem posicionamentos mais sensíveis e empáticos, fundamentais para o exercício profissional de psicólogos/as.

Conforme foi discutido na presente Monografia, o abuso de poder religioso como prática fere os princípios democráticos, pois a coação dos fiéis por parte líderes religiosos interfere na legitimidade das eleições. Essa prática causa um desequilíbrio no processo eleitoral em favor dos/as candidatos/as que as igrejas escolheram para fazer campanha.

Sendo assim, abre-se a sugestão para que o tema do fundamentalismo religioso e da

laicidade seja trabalhado durante a formação em Psicologia com os/as futuros psicólogos/as. Tanto para auxiliar no debate em relação ao tema, quanto para que mais pesquisas sejam feitas a fim de alcançar uma visão maior sobre esse fenômeno que tem crescido no país.

Por fim, o fundamentalismo religioso e o abuso de poder podem ser considerados fenômenos sociais que têm como fim estabelecer práticas autoritárias que vão na contramão da autonomia dos sujeitos. Práticas essas contraditórias com os princípios democráticos e que precisam, portanto, ser combatidas e questionadas à luz da laicidade e do diálogo, na direção da promoção da liberdade, da igualdade e da autonomia de todos e todas.

## Referências Bibliográficas

- Almeida, S. L. de (2018). Neoconservadorismo e liberalismo. Em: Solano, E. *O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil* (pp.91-96) 1. ed. São Paulo: Boitempo.
- Aronson, E., Wilson, T. & Akert, R. (2010). Conformidade: influenciar o comportamento. In: E. Aronson et al (Orgs.) *Psicologia social* (pp. 167-194). Rio de Janeiro: LTC.
- Aronson, E., Wilson, T. & Akert, R. (2010). Processos de grupo: a influência nos grupos sociais. In: E. Aronson et al (Orgs.) *Psicologia social* (pp. 195-218). Rio de Janeiro: LTC.
- Azevedo, A. F. D. (2017). Abuso do poder religioso nas eleições. *Verba Legis*. Goiânia.
- Bíblia Sagrada (2008). Tradução de João Ferreira de Almeida. 2 ed. Barueri - SP: Sociedade Bíblica do Brasil.
- Brandão, C. F. (2005). O controle das emoções, o medo e a violência. Em A. B. Carvalho & C. F. Brandão (Orgs.), *Introdução à sociologia da cultura: Max Weber e Nobert Elias* (pp. 57-72). São Paulo: Avercamp.
- Brasil, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em 10/03/2021.
- Calheiros, I. L., & de Brasil, S. F. (2020). O Abuso de Poder Religioso nas Eleições. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 1(2), 18-23.
- Caputo, S. G. (2008). Ogan, adósu, oje, egbonmi e ekedi: o candomblé também está na escola. Mas como? Em A. F. Moreira & V. M. Candau (Orgs.), *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas* (pp. 149-181). Petrópolis - RJ: Vozes.
- Carapã (2018). A nova direita e a normalização do nazismo e do facismo. Em: Solano, E. *O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil* (pp.91-96) 1. ed. São Paulo: Boitempo.

- Chauí, M. (2006). Fundamentalismo religioso: a questão do poder teológico-político. *Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania* (pp. 125-144). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO.
- Conselho Federal de Psicologia - CFP. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2005). *Resolução CFP No 010/2005*, de 21 de julho de 2005. Disponível em < <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-10-2005-aprova-o-codigo-de-etica-profissional-do-psicologo?origin=instituicao> > Acesso em:16/10/2020.
- Fini, L.D. T. (1991). Desenvolvimento moral: de Piaget a Kohlberg. Em: *Perspectiva*, 9 (16), 58-78.
- Freire, P. (2019). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz&Terra.
- Galinkin, A. L. & Zauli, A. (2011). Identidade social e alteridade. Em C. V. Torres & E. R. Gomes, R. (2019). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. Em: M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 72-95). Petrópolis – RJ: Vozes.
- González Rey, F. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson Learning.
- González Rey, F.; Mitjans Martínez, A. (2017). *Subjetividade: teoria, epistemologia e método*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Harari, Y. H. (2020). *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: L&PM.
- Kelman, H. C. (2005). Interests, Relationships, Identities: Three Central Issues for Individuals and Groups in Negotiating Their Social Environment. *Annu. Rev. Psychol.* , 57, 1-26.

- Kiefer, A. (2018). *Fundamentalismo religioso: quando a fé se torna intolerante*. Disponível em: <<https://domtotal.com/noticia/1223083/2018/01/fundamentalismo-religioso-quando-a-fe-se-torna-intolerante/>>. Acesso em: 15/10/2020.
- Lago, D. (2018). *Brasil polifônico: os evangélicos e as estruturas de poder*. 1. ed. São Paulo: Mundo Cristão.
- Lelo, T. V. (2020). A influência do partidarismo na recepção de fake news e fact-checking em contexto de polarização política. Em: *Observatorio (OBS\*) Journal* 14(3), (pp. 134-154).
- Lionço, T. (2017). Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(spe), 208-223.
- Machado, A. C. (2019). *Fundamentalismo Religioso no Governo Bolsonaro: as implicações de um governo sexista para a (re)existência das mulheres brasileiras*. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Psicologia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Madureira, A. F. A. (2018). Social Identities, Gender, and Self: Cultural Canalization in Imagery Societies. In A. Rosa & J. Valsiner (Eds.), *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology* (pp. 597-614). Cambridge – UK: Cambridge University Press.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em Psicologia*, 9(1), 63-75. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v9n1/v9n1a07.pdf>>. Acesso em: 24/05/2020.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2005a). Construindo com o outro: uma perspectiva sociocultural construtivista do desenvolvimento humano. Em M. A. Dessen & A. L.

- Costa Júnior (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 90-109). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2007). Identidades sexuais não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(1), 81-90.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-155). Porto Alegre: Mediação.
- Madureira, A. F. A. & Fonseca, J. V. C. (2020). A escola na prevenção da violência: a transfobia em discussão. Em I. L. Fuhr (Org.), *Na escola e na vida cotidiana* (pp. 97-110). Curitiba: CRV.
- Madureira, A. F. A.; Barreto, A. L. C. S. & Paula, L. D. (2018). Educação, política e compromisso social: desconstruindo o mito da neutralidade pedagógica. Em E. Tunes (Org.), *Desafios da educação para a psicologia* (pp. 137-153). Curitiba: CRV.
- Marcondes, D. (2000). *Iniciação à História da Filosofia: Dos pré socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Mariano, R., & Pierucci, A. F. (1992). *O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor*.
- Menezes, J. (2014). *História do protestantismo latino americano*. Londrina: FTSA.
- Mesquita, D. T. & Perucchi, J. (2016). Não apenas em nome de Deus: discursos religiosos sobre homossexualidade. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 105-114.
- Miguel, L. F. (2018). A reemergência da direita brasileira. Em: Solano, E. O ódio como política. *A reinvenção das direitas no Brasil* (pp.17-26) 1. ed. São Paulo: Boitempo.
- Miguel, L. F. (2018). A reemergência da direita brasileira. Em: Solano, E. *O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil* (pp.91-96) 1. ed. São Paulo: Boitempo.



- Minayo, M. C. S. (2019). O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-28). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2019). Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 56-71). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Miranda, R. M. A. (2019). *Religião e Poder: aspectos de uma ALIANÇA?*. Disponível em: <http://www.cefep.org.br/wp/wp-content/uploads/2020/04/Religi%C3%A3o-e-Poder-OK-.pdf>> Acesso em: 16/10/2020.
- Miskolci, R., & Campana, M. (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 32(3), 725-748.
- Moreira, A. F. B. & Câmara, M. J. (2008). Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. Em A. F. Moreira & V. M. Candau (Orgs.), *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas* (pp. 38-66). Petrópolis - RJ: Vozes.
- Parizzi, J. H.; Santos, C. R. & Pontes, L. P. (2020). As eleições ante o abuso do poder religioso ou abuso do direito de liberdade religiosa? Um contraste entre os direitos individuais e os objetivos das eleições. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*. Pouso Alegre, v. 36, n. 1: 125-147, jan/jun.
- Prandi, R., dos Santos, R. W., & Bonato, M. (2019). Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. *Revista usp*, (120), 43-60.
- Rodrigues, P. R. G. (2018). Influência social, minorias ativas e desenvolvimento moral: ensaio teórico sobre a representatividade política brasileira. *Psicologia & Sociedade*, 30.
- Santos, V. N. M. (2014). Abuso do poder religioso: a influência da religião evangélica no processo eleitoral brasileiro. In: SANTANA, Uziel et al. (Org). *O direito de liberdade religiosa no Brasil e no mundo* (pp. 83-101). Brasília: Anajure, 2014.

- Savi, R. M. (2015). *Os impactos do discurso de ódio na saúde mental de ativistas dos direitos humanos*. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Psicologia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Sawaia, B. B. (2014). Identidade – Uma ideologia separatista? Em B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 121-129). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Solano, E (2019). La bolsonarización de Brasil. *Documentos de Trabajo IELAT*, v. 1, pp. 1-40.
- Tiburi, M. (2016). *Como conversar com um Facista*. Rio de Janeiro: Record.
- Vieira, H. (2018). Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões. Em: Solano, E. *O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil* (pp.91-96) 1. ed. São Paulo: Boitempo.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. Em T. T. Silva (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Petrópolis-RJ: Vozes.

## **Anexos**

**Anexo A**  
**Modelo TCLE**  
**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE**

**O fundamentalismo religioso cristão e o abuso de poder no cenário social e político brasileiro atual**

**Instituição das pesquisadoras: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB**  
**Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira**  
**Pesquisadora assistente: Patrícia Raquel Silva Sant'ana**

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a expressar a sua concordância. Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

**Natureza e objetivos do estudo**

- O objetivo deste estudo é analisar as relações entre o fundamentalismo religioso cristão e o abuso de poder no Brasil e a maneira com que tais relações têm afetado o direito das pessoas em relação à liberdade de escolha dos seus representantes políticos.
- Você está sendo convidado a participar exatamente por corresponder ao perfil de participante delimitado para essa pesquisa.

**Procedimentos do estudo**

- Sua participação consiste em responder uma entrevista individual virtual sobre o tema focalizado na pesquisa.
- O procedimento consiste em uma entrevista individual virtual. A entrevista será gravada em áudio, com o seu consentimento, para facilitar o posterior trabalho de análise.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

**Riscos e benefícios**

- Este estudo possui baixos riscos que são inerentes ao procedimento de entrevista.
- Medidas preventivas serão tomadas durante a entrevista para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que o(a) participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir com a construção de uma compreensão mais aprofundada acerca do tema investigado.

**Participação, recusa e direito de se retirar do estudo**

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

**Confidencialidade**

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora assistente, Patrícia Raquel Silva Sant'ana, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UnICEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail [cep.uniceub@uniceub.br](mailto:cep.uniceub@uniceub.br). Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Participante

---

Ana Flávia do Amaral Madureira  
Celular: (61) 99658-7755, E-mail: [ana.madureira@ceub.edu.br](mailto:ana.madureira@ceub.edu.br)

---

Patrícia Raquel Silva Sant'ana,  
Celular: (61) 99545-5151, E-mail: [patricia.santana@sempreceub.com](mailto:patricia.santana@sempreceub.com)

**Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa:**

Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Endereço: SEPN 707/907, Campus do UniCEUB

Bairro: Asa Norte

Cidade: Brasília - DF

CEP: 70790-075

Telefone p/contato: (61) 3966-1200

## **Anexo B**

### **Roteiros de Entrevista**

#### **Grupo 1 (Pessoas Evangélicas):**

##### **Primeiro Bloco**

1. Inicialmente, eu gostaria que você me contasse um pouco sobre você, sobre a sua rotina, sobre o que você gosta, etc.
2. Você se considera uma pessoa muito ligada à igreja, ou não? Por quê?
3. Com qual frequência você vai à igreja?
4. O que você faz na sua igreja?
5. Você já presenciou alguma situação de preconceito na sua igreja, ou não? (Se sim, como foi? Como você se sentiu?)
6. Na sua opinião, qual deveria ser o papel da igreja em relação às diferentes relações entre homens e mulheres?
7. Você acredita que os líderes na igreja que você frequenta exercem influência sobre você, ou não? Por quê?
8. Para você, o que é fundamentalismo religioso?
9. Para você, o que é laicidade?

##### **Segundo Bloco**

10. Você se considera uma pessoa interessada na política, ou não? Por quê?
11. Ocorreu alguma situação na sua igreja com relação às eleições que causou incômodo em você, ou não? Por quê?
12. Quais são os seus critérios na hora de votar?
13. Você leva em consideração o que as pessoas na sua igreja dizem sobre algum político específico, ou não? Por quê?

14. Como você vê essa relação entre as Igrejas e o Estado no nosso país?
15. Você gostaria de acrescentar alguma coisa?

## **Grupo 2 (Psicólogos/as):**

### **Primeiro Bloco**

1. Inicialmente, eu gostaria que você falasse sobre seu trabalho, em termos gerais.
2. Agora fale um pouco sobre a sua formação profissional. Como você avalia, atualmente, a sua formação enquanto psicólogo(a)?
3. Sobre a sua história profissional, o que você considera interessante ou significativo na sua trajetória enquanto psicólogo(a)?

### **Segundo Bloco**

4. Se você presencia uma situação de homofobia, como você se sente?
5. Você possui alguma religião, ou não? (Se sim, qual?)
6. Como é para você lidar profissionalmente com pessoas com princípios religiosos mais rígidos?
7. Para você, o que é fundamentalismo religioso?
8. Para você, o que é laicidade?
9. Na sua opinião, a questão do fundamentalismo religioso está presente no nosso país, ou não? Por quê? (Se sim, como?)
10. Você acredita que o fundamentalismo religioso influenciou nas eleições de 2018 ou não? Por quê?
11. Como você acredita que deve ser a prática profissional do(a) psicólogo(a) nesse contexto social e político que vivemos na atualidade em nosso país?
12. Você acredita que a formação em Psicologia ajuda a lidar com pessoas de diferentes



religiões nos distintos campos de atuação profissional?

13. Você gostaria de acrescentar alguma coisa?

**Anexo C – Parecer Consubstanciado do CEP****CENTRO UNIVERSITÁRIO DE  
BRASÍLIA - UNICEUB****PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** O Fundamentalismo Religioso Cristão e o Abuso de Poder no Cenário Social e Político Brasileiro Atual

**Pesquisador:** Ana Flávia do Amaral  
Madureira

**Área Temática:**

**Versão :**  
1

**CAAE:** 44906421.6.00  
00.0023

**Instituição Proponente:** Centro Universitário de Brasília -  
UNICEUB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 4.667.740

**Apresentação do Projeto:**

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo "Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado".

A proposta é a de desenvolver uma pesquisa de caráter qualitativo a partir de seis entrevistas individuais semiestruturadas virtuais com os/as participantes sobre o tema relacionado ao fundamentalismo religioso cristão e o abuso de poder no Brasil e a maneira com que tais relações têm afetado o direito das pessoas em relação à liberdade de escolha dos seus representantes políticos.

Há previsão de que os participantes da pesquisa sejam pessoas com mais de 18 anos de idade em dois grupos: um formado por três pessoas evangélicas de diferentes vertentes e o segundo grupo será formado por três psicólogos da área de psicologia social.

A pesquisadora explica que os encontros com os participantes serão realizados pela plataforma do Google Meet.

**Objetivo da Pesquisa:**

O objetivo primário da pesquisa é o de "analisar as relações entre o fundamentalismo religioso

SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar  
**Endereço:**  
Setor Universitário  
**Bairro: CEP:** 70.790-075  
**UF: DF Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:**  
(61)3966-1511 **E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br

Página 01 de 04

## CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB

Continuação do Parecer: 4.667.740

cristão e o abuso de poder no Brasil e a maneira com que tais relações têm afetado o direito das pessoas em relação à liberdade de escolha dos seus representantes políticos".

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A pesquisadora argumenta que os riscos são mínimos e inerentes ao procedimento de entrevista. O projeto enfatiza que serão adotadas "medidas preventivas durante a realização das entrevistas virtuais" para minimizar risco ou incômodo, incluindo "a orientação de que não existem respostas certas ou respostas erradas e que é esperado que o/a participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais".

Como benefícios, foi trazido que participantes poderão colaborar com o desenvolvimento de "uma compreensão mais aprofundada sobre o tema focalizado no presente projeto de pesquisa".

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O trabalho, de indiscutível relevância acadêmica e que trata de tema do campo da psicologia e das ciências sociais, tem como proposta investigar a relação entre o fundamentalismo religioso e o abuso de poder nas igrejas evangélicas junto aos seus adeptos. Outro grupo pesquisado é o de profissionais da psicologia que lidam também com esse tema.

Na pesquisa, serão utilizados dois roteiros de entrevistas individuais semiestruturadas (sendo um deles para o grupo de pessoas do contexto de igrejas evangélicas e outro para profissionais de psicologia). Os instrumentos foram apresentados pela pesquisadora no anexo do projeto detalhado. Os materiais são condizentes com os objetivos da pesquisa e, ainda que tratem de questões da intimidade desses participantes, são apresentados de forma objetiva e respeitosa. Tanto as questões voltadas para religiosos como para psicólogos (a esse segundo grupo, percebe-se a preocupação de fundo profissional de conscientizar a respeito desses temas).

A pesquisadora explica que será marcado um encontro virtual através do Google Meet e que, antes do encontro, será enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE para ser assinado.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram apresentados documentos obrigatórios para continuidade da pesquisa:

- O projeto detalhado com os roteiros de perguntas;
- O projeto postado na Plataforma BR

|  |   |
|--|---|
| SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar |   |
| <b>Endereço:</b>                             | Setor Universitário                                 |
| <b>Bairro: CEP:</b>                          | 70.790-075  |
| <b>UF: DF Município:</b>                     | BRASILIA  |
| <b>Telefone:</b>                             | (61)3966-1511 <b>E-mail:</b> cep.uniceub@uniceub.br |

Página 02 de 04

## CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB

Continuação do Parecer: 4.667.740

- Folha de Rosto e autorização
- TCLE apresentado no formato tradicional e que, sugere-se, que seja lido com os participantes para assinatura e encaminhamento à equipe de pesquisa.

**Recomendações:**

Recomenda-se que o pesquisador observe o disposto no art. 28 da Resolução nº 510/16, quando à sua responsabilidade, que é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe: I

- apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco;

II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;

III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento;

IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; e

V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção.

Observação: Ao final da pesquisa enviar Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação de evento.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Em vista da documentação apresentada, incluindo os instrumentos previstos, entende-se que o projeto preocupa-se com o bem-estar do participante principalmente por tratar de tema que envolve a intimidade de posições religiosas. Não obstante, os benefícios para o campo acadêmico estão justificados.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 4.656.812/21, tendo sido homologado na 5ª Reunião Ordinária do CEP-UniCEUB do ano em 9 de abril de 2021.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|----------------|---------|----------|-------|----------|
|----------------|---------|----------|-------|----------|

|  |
|--|
| <p>SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar</p> <p><b>Endereço:</b><br/>Setor Universitário</p> <p><b>Bairro: CEP:</b><br/>70.790-075</p> <p><b>UF: DF Município:</b> BRASILIA</p> <p><b>Telefone:</b><br/>(61)3966-1511 <b>E-mail:</b> cep.uniceub@uniceub.br</p> |
|--|

Página 03 de 04

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE  
BRASÍLIA - UNICEUB**

Continuação do Parecer: 4.667.740

|   |   |                        |                         |        |
|---|---|------------------------|-------------------------|--------|
| Outros  | AutorizacaoCoordenacao.pdf                    | 25/03/2021<br>16:53:32 | Lohana Araújo<br>Pontes | Aceito |
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1721360.pdf | 24/03/2021<br>14:55:07 |                         | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | ProjetodeMonografia_Patricia.pdf              | 24/03/2021<br>14:54:24 | Patrícia Santana        | Aceito |
| Folha de Rosto  | folhaDeRosto_Patricia.pdf                     | 24/03/2021<br>14:48:11 | Patrícia Santana        | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_Patricia.pdf                             | 22/03/2021<br>14:07:21 | Patrícia Santana        | Aceito |

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BRASILIA, 23 de Abril de 2021

**Assinado por:**  
**Marilia de Queiroz Dias Jacome**  
**(Coordenador(a))**

SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

**Endereço:**

Setor Universitário

**Bairro: CEP:**

70.790-075

**UF: DF Município: BRASILIA**

**Telefone:**

(61)3966-1511 **E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br